

Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Curso de Graduação

Letícia Ribeiro Queiroz de Almeida

**IDENTIDADE NACIONAL, IMIGRAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O MÉXICO**

Monografia

Brasília

2018

LETÍCIA RIBEIRO QUEIROZ DE ALMEIDA

**IDENTIDADE NACIONAL, IMIGRAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O MÉXICO**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de bacharela
em Ciência Política.

Orientador: Professor Paulo César Nascimento

Brasília

2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ri Ribeiro Queiroz de Almeida, Leticia
 Identidade nacional, imigração e globalização: um estudo
 de caso sobre os Estados Unidos da América e o México /
 Leticia Ribeiro Queiroz de Almeida; orientador Paulo César
 Nascimento. -- Brasília, 2018.
 91 p.

 Monografia (Graduação - Ciência Política) -- Universidade
 de Brasília, 2018.

 1. Imigração. 2. Identidade nacional. 3. Globalização. 4.
 Estados Unidos da América. 5. México. I. César Nascimento,
 Paulo, orient. II. Título.

**Identidade nacional, imigração e globalização: um estudo de caso sobre os Estados
Unidos da América e o México**

Monografia apresentada como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de
Bacharela em Ciência Política pela
Universidade de Brasília.

PROFESSOR PAULO CÉSAR NASCIMENTO

(Universidade de Brasília)

Brasília

2018

Agradecimentos

Agradecimentos especiais à minha família, base do meu aprendizado e das minhas conquistas. Obrigada mãe. Sem a sua força, dedicação e apoio, nada disso seria possível. O meu obrigada também à minha irmã, companheira de graduação e parceira para todas as horas, sem você nada disso seria possível. Obrigada também ao meu pai, pelo apoio e compreensão e à minha avó, pelo carinho e cuidado durante o meu período de formação.

Agradeço também ao meu orientador, professor Paulo César Nascimento, pela orientação, apoio, compreensão e pela confiança e liberdade dadas para a elaboração desse trabalho. Agradeço também pela ajuda para a escolha do tema e pelos incentivos e correções que tanto me ajudaram.

Meus agradecimentos aos amigos de curso e de monitoria. A vivência na universidade não seria a mesma sem vocês. Ademais, agradeço aos docentes do Instituto de Ciência Política pelo aprendizado inestimável e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo identificar como foi formada a identidade nacional norte-americana e a sua relação com a atualidade, em que a imigração ganha relevância nos discursos políticos. Assim, pretende-se analisar a história dos Estados Unidos e a formação de sua identidade nacional, aliada ao estudo de caso da imigração mexicana nos Estados Unidos durante o governo de Obama e de Trump, incluídos no debate temas como globalização, fronteiras e xenofobia. Para atingir esse objetivo, foram realizadas análises de dados e pesquisas bibliográficas sobre o tema. Observou-se, a partir disso, que a formação da identidade nacional americana não está despida de elementos étnicos, e que o número de imigrantes apreendidos não depende somente da vontade do chefe do executivo, mas sim de todo um contexto interno e externo. A radicalização nos discursos de Trump, portanto, trouxe a tona elementos que já existiam em grupos étnicos existentes nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Identidade nacional; Xenofobia; Globalização; Estados Unidos da América; México; Imigração; Donald Trump; Barack Obama.

ABSTRACT

The purpose of this dissertaion is to identify how the American national identity was formed and its relation with the present, in which immigration gains relevance in political discourses. Thus, it is intended to analyze the history of the United States and the formation of its national identity, allied to the study of Mexican immigration in the United States during the Obama administration and Trump, included in the debate topics such as globalization, borders and xenophobia. In order to reach this objective, data analysis and bibliographic research on the subject were carried out. From this, it has been observed that the formation of American national identity is not stripped of ethnic elements, and that the number of immigrants seized depends not only on the will of the chief executive, but on an internal and external context. Radicalization in Trump's speeches, therefore, brought to the surface elements that already existed in ethnic groups existing in the United States.

Keywords: National identity; Xenophobia; Globalization; United States of America; Immigration; Donald Trump; Barck Obama.

SUMÁRIO

Introdução	p. 10
1. Conceitualização	p. 12
1.1 <i>Globalização e as fronteiras</i>	p. 12
1.2 <i>Imigração</i>	p. 15
1.3 <i>O conceito de migrante e o incentivo para migrar</i>	p. 19
1.4 <i>Xenofobia</i>	p. 21
2. A história dos Estados Unidos da América	p. 23
2.1 <i>A colonização daquilo que viria a ser o grande território dos Estados Unidos da América</i>	p. 23
2.2 <i>A Guerra da Independência</i>	p. 25
2.3 <i>A Expansão Territorial e a Guerra de Secessão</i>	p. 27
3. A construção da identidade nacional norte-americana segundo Liah Greenfeld	p. 30
4. A relação entre Estados Unidos e México	p. 35
4.1 <i>A ascensão dos Estados Unidos como potência mundial</i>	p. 35
4.2 <i>O México e os Estados Unidos: condições econômicas e a imigração</i>	p. 37
4.3 <i>A visão sobre os Latino-americanos</i>	p. 42
4.4 <i>Mexicanos nos Estados Unidos da América</i>	p. 43
5. Comparação entre o Governo Obama e o Governo Trump	p. 45
5.1 <i>Como são vistos o ex-presidente e o atual presidente dos Estados Unidos? Uma perspectiva sobre a imagem e a postura dos dois recentes chefes do executivo norte-americano</i>	p. 45
5.2 <i>Quem votou em Obama e Trump? – um perfil dos eleitores</i>	p. 50
5.3 <i>Os eleitores de Obama na eleição de 2008</i>	p. 51
5.4 <i>Quem votou em Trump nas eleições de 2016?</i>	p. 55
5.5 <i>A estratégia de segurança nacional para Trump e Obama</i>	p. 61
5.6 <i>O DACA (Ação Diferida para Chegadas na Infância – Deferred Action for Childhood Arrivals), a sua revogação e a Política de Zero Tolerância</i>	p. 66

5.7 <i>O que os dados dizem sobre a questão da imigração nos mandatos presidenciais de Barack Obama e de Donald Trump</i>	p.70
5.8 <i>Quantos imigrantes foram apreendidos nos Estados Unidos</i>	p. 71
5.9 <i>Os mexicanos repatriados</i>	p. 74
5.10 <i>Sobre a imigração: para além dos mandatos presidenciais</i>	p. 77
6. Considerações finais	p. 80
Bibliografia	p. 85

Introdução

A globalização traz a possibilidade de as pessoas saírem de seus países rumo aos seus vizinhos ou até mesmo aos países que se encontram do outro lado do globo – isto é característica muito presente no mundo atual. As inovações tecnológicas que permitem que esse fluxo aconteça apresentam-se como um lado positivo da globalização. No entanto, as causas da imigração são muito mais profundas e devem ser interpretadas não como resultado da globalização, mas como um fenômeno que acontece há muito tempo.

O que se percebe hoje em dia é que grande parte da imigração acontece por motivos de busca de melhores condições de vida – trabalho, educação, saúde, entre outros. Essa disparidade que incentiva a saída do indivíduo de sua terra natal para um lugar que muitas vezes é desconhecido por ele só demonstra o quanto o mundo é desigual em seus mais diversos níveis. A imigração, portanto, é um movimento que pode ser tanto positivo como negativo para o país que recebe a massa de pessoas.

A escolha do tema imigração e, especificamente, a escolha do caso entre os Estados Unidos e o México vem dessa observação sobre o quão significativo é o fluxo de indivíduos que saem do México em busca de melhores condições nos Estados Unidos. Além da relevância do tema, a escolha do caso não exclui o levante anti-imigrante que se apresentou a partir das campanhas de Donald Trump para a presidência. Incluso nesta escolha está a influência da construção da identidade nacional norte-americana, que será também abordada nessa monografia.

Vale ressaltar que a imigração sempre esteve presente na história dos EUA, no entanto posições mais extremadas estão sendo visibilizadas, diferenciando as atitudes que são tomadas por parte dos chefes do Executivo. Para melhor visualizar essas atitudes, optou-se por fazer uma análise do tema dentro das posições adotadas por Barack Obama, presidente democrata que governou o país entre o período de 2008 e 2016, e por Donald Trump, que assumiu o cargo no final de 2016 e governa o país desde então.

Enfim, a imigração, com foco no caso dos EUA e do México, é de extrema relevância, pois o fenômeno é mundial e muito característico da atualidade. Além disso, a construção de um povo está calcada na sua formação identitária, que influencia em todas as posições tomadas pelos cidadãos e pelos governantes, podendo impactar nos diversos fenômenos presentes no país.

Para a construção dessa monografia, foi feita uma revisão bibliográfica relacionada aos temas da globalização, imigração, xenofobia, identidade nacional e história dos Estados Unidos que compõem a parte teórica e histórica do trabalho. Quanto aos dados, foi selecionada grande base disponível nos sites governamentais dos Estados Unidos e do México e a partir deles foi feita uma interpretação e organização em tabelas e gráficos para melhor visualização. Além dessas fontes secundárias e primárias, respectivamente, foram utilizados diversos artigos e informações que exploram a peculiaridade do caso escolhido para melhor exemplificar e enriquecer o tema desenvolvido.

Quanto à organização do trabalho, este se encontra dividido em seis capítulos, cada um contendo um tema que formará uma linha lógica para se chegar às conclusões da monografia. No capítulo 2, será delineada a parte teórica do trabalho, composta pelos conceitos e algumas observações sobre globalização e fronteiras, imigração e xenofobia. Já no capítulo 3, os Estados Unidos da América serão observados a partir da sua história e da construção da identidade nacional norte-americana a partir da visão de Liah Greenfeld.

O capítulo 4 abordará a relação entre os Estados Unidos e o México e será composto de análises e observações sobre a ascensão dos EUA como potência mundial, as condições econômicas e a imigração que se delineiam dessa relação entre os dois países selecionados. No mesmo capítulo, a visão que os norte-americanos têm sobre os latino-americanos também será apontada, junto a uma seção dedicada aos mexicanos que já vivem nos Estados Unidos.

No capítulo 5 será feita uma comparação entre os governos do ex-presidente Obama e do presidente Trump. No que tange aos temas a serem comparados, selecionou-se para a construção da monografia temas relacionados a imagem e postura dos candidatos, ao perfil dos eleitores desses candidatos, além da estratégia de segurança nacional nos respectivos mandatos. No mesmo capítulo, a imigração também é trazida em diversas seções que apresentam dados e análises sobre a situação nos mandatos dos respectivos presidentes.

Por fim, o capítulo 6 trará a conclusão, construída a partir do encadeamento das ideias trazidas ao longo do trabalho com a finalidade de entender o quão paradoxal é a relação entre a formação da identidade nacional e o levante anti-imigrante, relacionando também a construção da imagem dos imigrantes latinos com os valores norte-americanos. Nessa perspectiva, a imigração também será abordada a partir do governo Obama e Trump para uma melhor relação com o resultado efetivo de políticas aplicadas por cada presidente no que tange ao tema.

1. Conceitualização

1.1 Globalização e as fronteiras

A globalização pode ser amplamente entendida, visto que não possui um conceito estritamente definido por ser constituído de uma série de processos. Esta é um fenômeno muito presente no mundo contemporâneo e que permeia todas as escalas internas e externas dos países na atualidade. A partir desse processo, os Estados não são mais entes políticos e econômicos isolados que tomam decisões concernentes somente às instituições interiores aos territórios. Eles se tornam parte de um todo não homogêneo e de um sistema socioeconômico e político mundial, em que os Estados tomam decisões que impactam não só a si mesmos, mas também aos outros entes que compõem esse bloco interdependente.

Este fenômeno possui vários aspectos que demonstram uma aproximação espacial e temporal, uma interdependência maior entre os países, podendo ser visto também como:

“um mundo em processo de encolhimento (erosão das fronteiras e das barreiras geográficas à atividade socioeconômica), e, entre outros conceitos, como integração global, reordenação das relações de poder inter-regionais, consciência da situação global e intensificação da interligação inter-regional”. (HELD, MCGREW, 2001, p.11).

A caracterização da globalização que marcou o Século XX é permeada por processos mundiais relevantes como as Grandes Guerras, a Guerra Fria, a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica e o domínio do capitalismo, a revolução tecnológica das comunicações, dos transportes e da indústria bélica, o aumento do fluxo de capital e o surgimento de empresas multinacionais que passam a compor parcela importante do produto econômico de diversos países. A sua conceituação deve a sua dificuldade à escala global do fenômeno que impacta diferentemente cada país ou região.

Assim, a globalização tem o seu espectro aumentado por afetar o âmbito econômico, cultural e político dos Estados. Exemplos desses impactos podem ser identificados, respectivamente, pelos fluxos de capitais e empresas multinacionais, pela cultura de massa e pelas organizações mundiais que balizam as atitudes de cada país. Há, neste viés, um deslocamento das estruturas de poder e das próprias estruturas que caracterizam e delimitam um território, a saber, as fronteiras.

Com a globalização, o poder exercido pelo estrato dominante de um país, refletido no seu governo, não mais influencia somente a população, mas também a hegemonia que se apresenta em níveis globais, tendo como exemplo o papel dos Estados Unidos e, atualmente, da potência econômica chinesa nas decisões políticas e econômicas de muitos países. Ainda

dentro do aspecto político e de poder reestabelecido pela globalização, identifica-se a força que as empresas multinacionais e os fluxos de capitais exercem. As novas formas de interação econômica limitam a atuação do próprio Estado no desenho de suas políticas econômicas (HELD, 1991), sujeitas às variações e impactos de acontecimentos regionais que criam um efeito mundial.

Nesse processo de mundialização, termo utilizado como sinônimo de globalização, as fronteiras nacionais passam por um realinhamento, adquirindo caráter mais fluido, melhor adaptado às exigências de um mundo interdependente. As fronteiras não deixam de existir, mas elas não são mais aquelas linhas fixas invariáveis às mudanças trazidas com a evolução histórica do mundo. As fronteiras se tornam “zonas de contato” (COURLET, 1996), adaptáveis aos fluxos econômicos, culturais e sociais.

“Da intensificação do fluxo de pessoas de diferentes classes, línguas e religiões à intensificação do fluxo de mercadorias, capital, informações, tudo parece mais móvel, relativizando as fronteiras territoriais tradicionais como forma de controle” (HAESBAERT, LIMONAD, 2007, p.48).

Apesar disso, não se deve generalizar uma adaptação passiva, isenta de conflitos, visto que o próprio conceito tradicional de Estado-nação, caracterizado pela soberania e por uma autonomia interna própria em um território delimitado constituído de uma população bem definida, é ponto de conflito. Mesmo dentro de uma ordem em que os fluxos comerciais e sociais aumentam, é possível observar uma tentativa de aumentar o controle das fronteiras físicas de modo que se possa sustentar um território coeso e com grande controle de quem entra e sai dele. Um exemplo importante disso é a questão contínua da fronteira entre os Estados Unidos e o México, que com o governo de Donald Trump, parece passar por uma mudança no sentido de engrossar o controle e o patrulhamento nas fronteiras.

A globalização como um paradigma novo e complexo tem como causa e consequência elementos advindos de todas as esferas que compõem um Estado. Nesse sentido, é possível observar como efeitos desse processo robusto o seguinte: a maior complexidade dada ao processo produtivo, que não mais se limita à produção e venda de determinado bem ou serviço dentro de um território delimitado, além de não mais conter uma mão de obra concentrada territorialmente; a negociação e união entre empresas provenientes de diversos locais do mundo, com especial ênfase nas multinacionais que têm estruturas instaladas em diversos Estados; a ascensão de um comércio mundial conectado para atender as necessidades de vários entes; e a própria interdependência, que cria uma rede de contatos necessários. Esses aspectos descritos são muito bem observados por Mônica Arroyo (1995).

A impossibilidade de se manter fronteiras fixas, o efeito de ampliar e espalhar acontecimentos regionais para a escala global, o fluxo de pessoas através das migrações, a expansão do capital e as inovações nos sistemas de transportes e comunicação são características marcantes do processo de globalização. Mas esse fenômeno vai além, pois influencia também no entendimento do nacionalismo.

Com as interconexões ampliadas, a facilidade de se obter informações e de se visitar a terra de origem, a identidade nacional não mais se limita à presença do indivíduo em um território específico, do qual retira os seus laços históricos. Na verdade, a identidade nacional ultrapassa a ideia de fronteiras, e qualquer indivíduo, mesmo aquele não residente no país de origem, pode manter um laço com a sua terra.

Associa-se ao fenômeno da globalização a ideia de nacionalismo à longa distância, conceito apresentado por Benedict Anderson (1992). Esse conceito pode ser representado pela onda de imigração, em que os indivíduos que migram de seu país de origem em busca de trabalho ou de melhores condições para eles e suas famílias mantêm contato com o seu Estado de origem tanto por se comunicar com os parentes como por enviar rendas adquiridas fora ao seu país de origem (EMBER *et al*, 2005). Essa flexibilização da relação identidade nacional – território geográfico pode ser observada no contexto de interdependência e de interconexão global.

O crescimento do capitalismo, a sua expansão e a dominação sobre os mais diversos territórios, não excluído desse fenômeno o processo de globalização e a questão da nacionalidade, criou uma nova forma de interação entre as diferentes nações. Na era da rápida comunicação e fácil transporte, torna-se possível que um indivíduo de determinado país imigre para outro e ainda mantenha grande contato e perpetuação de sua cultura original. Dessa forma, por mais que uma pessoa se torne legalmente cidadã de determinado país, ainda assim o seu sentimento nacional para com o local de origem permanece, sendo este às vezes mais forte, ou mais fraco.

Benedict Anderson (1992) apresenta muito bem esse fenômeno em que a expansão do capitalismo e a globalização facilitam a migração, aqui utilizada para representar tanto a entrada de indivíduos no país quanto a saída de nacionais deste. Mesmo com a facilitação desse fluxo de pessoas entre países, o cenário atual de tecnologia de comunicação e transporte facilitada e acessível a quase todos, mantêm-se real o laço psicológico e emocional com a terra natal. Ao abordar a questão mexicana, os cidadãos do México guardam peculiar proximidade e uma boa representação dessa facilidade advinda das tecnologias de

comunicação. O México, vizinho dos Estados Unidos, tem uma facilidade geográfica de comunicação e, dessa forma, os imigrantes mexicanos se mantêm próximos de sua família e de sua cultura.

No entanto, a presença de indivíduos provenientes de outras nações provoca uma nova interpretação e uma flexibilidade maior dentro do país de destino. Este pode se adaptar a esse novo fluxo de pessoas diferentes, com culturas diferentes, aceitando-os sem grandes dificuldades, ou pode reagir de forma negativa frente a essa onda de imigrantes. Essa reação pode partir de grupos minoritários que têm como valor a preservação de uma nacionalidade homogênea, ou até mesmo de diversos grupos que enxergam uma possível dificuldade de receber pessoas tão diferentes, principalmente no que tange à segurança. Dentro dessa perspectiva, Anderson (1992) demonstra que o capitalismo trouxe consigo certa fragilização das nações e também a flexibilização do nacionalismo.

Ainda nessa relação entre capitalismo e globalização, é importante ressaltar também que esta, como um fenômeno que aumenta os fluxos comerciais, econômicos, sociais e culturais pode ser identificada como resultado da “expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo” (HAESBAERT, LIMONAD, 2007, p.41). Dessa maneira, ela não cria um bloco homogêneo de situações no mundo inteiro, visto que o desenvolvimento e a expansão de processos internacionais se aplicam diferentemente em cada país, de modo que a expansão e desenvolvimento econômico também estão associados à expansão da pobreza e da desigualdade (HELD, MCGREW, 2001). As situações desiguais criadas atuam como fator instigante de migrações de massa, que terão seus possíveis motivos explicados posteriormente.

Mediante esse espectro teórico, a globalização e a questão das fronteiras se tornam centrais no debate sobre imigração, elemento relevante nas discussões políticas empenhadas nos Estados Unidos atualmente. A migração, ou seja, o fluxo de indivíduos entre países aparece como um produto natural da globalização, mas também se apresenta como um desafio para os Estados, que lidam com ela de forma diferente. Os impactos econômicos e sociais tanto no país que recebe a massa de imigrantes quanto no país que vê a sua população deslocada são relevantes e permeiam diversos debates no mundo contemporâneo.

1.2 Imigração

Para iniciar a discussão sobre imigração, aqui vista como entrada de estrangeiros – os imigrantes – em determinado território nacional, é necessário fazer um breve histórico do

movimento de migração – conceito mais amplo que imigração –, quais os fatores que o facilita e favorece e quais oportunidades e dificuldades que surgem para os países de destino desses estrangeiros. Depois de explanados esses pontos, serão feitas reflexões sobre o conceito de migrante e quais impactos estes podem gerar na sociedade, no sentido de tornar mais coeso o debate sobre esse processo presente em um mundo permeado pela interdependência e pela internacionalização dos acontecimentos locais e regionais.

O conceito de migração é amplo, mas “é comumente compreendido implicando um processo voluntário; por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas”¹. Há também a “migração forçada”² que apesar de não ser um conceito bem definido compreende uma vasta gama de fluxos populacionais que podem surgir, por exemplo, de deslocamentos devido a conflitos, desastres e desenvolvimento.

A migração internacional em geral não é algo recente. A movimentação de pessoas entre diversas partes do mundo vêm de períodos históricos remotos. Como forma demonstrativa desta afirmação, foram escolhidos alguns períodos históricos de relevância para apontar que a migração é um movimento antigo e que ainda se encontra presente. Estes podem ser percebidos durante os séculos XVIII e XIX com o transporte de escravos, seguidos, após a queda da escravidão, da movimentação de mão de obra de países da Ásia – como Índia, China e Japão – para suprir a falta de trabalhadores nas colônias europeias (KOSER, 2007).

Outro momento que gerou altos índices de migração foi a expansão da Europa, que levou parte da população para as colônias no continente africano, asiático, na Oceania e na América. Chegado ao fim a expansão com os movimentos anticoloniais, Koser (2007) acrescenta que outro período com altos índices de migração foi o da ascensão dos Estados Unidos, mais especificamente entre 1850 a 1930, como potência industrial. Este *boom* de desenvolvimento atraiu milhares de pessoas de regiões menos desenvolvidas economicamente e que passavam por crises políticas e sociais.

Dentro desse contexto, outro momento de grande atração de imigrantes, ou seja, atração de pessoas para dentro de alguns países é o período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial até meados de 1980 (KOSER, 2007). Neste período, houve grande necessidade de mão de obra para sustentar o crescimento econômico das potências que surgiam e daqueles países em fase de reconstrução de suas economias. Com isso, os indivíduos que buscavam

¹ Conceito disponível em <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>.

² Conceito disponível em <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>.

melhores condições de trabalho e de vida puderam perceber neste crescimento um incentivo para migrar.

A partir dos períodos históricos citados, é possível dizer que a migração internacional está relacionada com mudanças e eventos de impacto global e regional, onde a globalização tem importante papel. A globalização, como um conjunto de processos que geram fluxos transcontinentais e interações inter-regionais de poder, comunicação e atividades (KOSER, 2007), teve influência fundamental no processo de migração internacional. Esta traz consigo o desenvolvimento de alguns fatores que facilitam a movimentação de pessoas entre os países, como a melhora do transporte e a expansão de redes de comunicação.

Os transportes tornam-se mais baratos, mais variados e rápidos, possibilitando a migração de longas distâncias em pouco tempo. A comunicação, assim como o desenvolvimento dos transportes, favorece a migração e, segundo Koser (2007), a revolução das redes de comunicação permite que os indivíduos percebam o tamanho das disparidades econômicas e sociais que há entre os diversos países e passem a almejar uma melhora de vida por meio da migração.

Portanto, o que favoreceu a migração foi um conjunto de diversos fatores políticos, econômicos, sociais e regionais associados a fatores que se aprimoraram durante a globalização. A facilidade de transporte e a revolução das redes de comunicação permitiram a migração daqueles indivíduos que buscavam por melhores condições de vida e a possibilidade de fugir de crises econômicas, políticas e sociais, guerras e perseguições de caráter político.

Quanto às oportunidades e dificuldades que a migração pode trazer, é fato dizer que a migração promove grandes fluxos de pessoas entre vários países e que esta pode gerar diversos impactos nas sociedades receptoras destes. Como se sabe, há discursos que mostram que a migração pode gerar pontos positivos para os países que os recebem e para aqueles que foram deixados pelos emigrantes, assim como também pode ser a causa de algumas dificuldades.

Com relação às oportunidades, é importante ressaltar que a imigração foi importante para a formação de diversos países, inclusive na formação dos Estados Unidos, como será mostrado na seção que relata o desenvolvimento histórico deste. A imigração promove a diversidade cultural (KOSER, 2007) e a composição multicultural da sociedade, já que com a vinda de indivíduos de diversos lugares, há a junção de diversos tipos de costumes, valores e crenças em um mesmo território.

Outro ponto positivo é o de que os imigrantes geralmente suprem lacunas no mercado de trabalho (KOSER, 2007), sendo empregados naquelas funções que os membros nacionais não possuem interesse por serem mal remuneradas ou penosas ou não possuem habilidade para realizá-las. Com o emprego de imigrantes nessas posições, é possível movimentar a economia e a competitividade dos países e ainda promover uma movimentação de recursos financeiros no país de origem, já que os imigrantes enviam montantes para auxiliar os membros da família que ficaram.

No entanto, é importante colocar que o suprimento de lacunas nem sempre se faz de modo digno para os imigrantes, que são explorados. Além disso, quando os países receptores de imigrantes passam por crises e falta de empregos, há uma grande tendência em culpá-los, mesmo sabendo que estes não tomaram os empregos, mas apenas supriram espaços que nenhum nacional estava interessado. No espectro das oportunidades trazidas pela migração, ainda se tem o empreendedorismo (KOSER, 2007). Os imigrantes que buscam por melhores condições de vida estão dispostos a correr riscos e se aventurarem em diversas atividades. Este empreendedorismo pode gerar empregos e movimentar recursos e remessas, sendo favoráveis para a economia do país.

Como dito anteriormente, a imigração traz oportunidades, mas também pode gerar dificuldades. Dentre elas, tem-se a ideia de que a imigração pode ocasionar problemas de segurança nacional (KOSER, 2007), já que se tem o estereótipo de que imigrantes são criminosos, terroristas e que podem trazer doenças. Essa visão, no contexto dos EUA, é bastante difundida pelo presidente Trump, vendo nos imigrantes um problema que deve ser exterminado, já que além da segurança também afeta a questão da soberania nacional, pois as fronteiras – como forma de representar a soberania territorial – não são respeitadas.

Outras dificuldades observadas tanto para os imigrantes quando para a sociedade que os acolhem é a questão do preconceito, da discriminação e da consequente xenofobia a povos de determinados países. A integração destes imigrantes na sociedade por meio da aceitação e da promoção da tolerância e igualdade ainda é difícil de ser alcançada, pois envolve elementos que fogem do âmbito material, atingindo o nível psicológico, como uma forma de ameaça à cultura e as características identitárias construídas para determinada nação.

Como já apresentado no tópico de globalização, a migração, também já delimitada como o fluxo de entrada e saída de pessoas de um país permanentemente ou temporariamente, tornou-se muito mais possível a partir da era da tecnologia e dos transportes. Esse fluxo de indivíduos, na perspectiva de Myron Weiner (*apud* HUNTINGTON, 1997) se retroalimenta,

porque a chegada de imigrantes fortalece e chama atenção de outras pessoas que desejam tentar a sorte em outro país que não o de sua origem.

Quando se aborda esse tema, tendo como base o cenário dos Estados Unidos, percebe-se que a população imigrante teve papel relevante na construção do país. Inicialmente, a população imigrante era bem-vinda, principalmente para o suporte de mão de obra na agricultura e nas crescentes indústrias. No entanto, nas décadas finais do século XX, segundo Huntington (1997), a população norte-americana mudou de posição quanto à aceitação dos imigrantes vindos para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida.

O discurso contra a chegada de latinos, principalmente, gira em torno de aspectos econômicos, como a falta de empregos, mas também remete a aspectos culturais desses estrangeiros, que trazem consigo uma cultura muito diferente daquela originária dos americanos, que enxergam a si próprios como descendentes europeus com características próprias da colonização europeia. Assim, os imigrantes aparecem como criminosos e que ameaçam toda uma construção cultural norte-americana (HUNTINGTON, 1997).

A partir de todos os aspectos elaborados até aqui, percebe-se que a migração é um processo complexo que possui diversas fontes, dentre elas a globalização e os problemas econômicos, sociais e políticos dos países. Como fluxo de pessoas de diferentes nacionalidades entre os países, a migração inevitavelmente promove oportunidades e dificuldades para os países receptores de migrantes e pode ser usada, como se verá a seguir no caso dos EUA, como fonte de alguns males que se apresentam na sociedade, como a questão da segurança. No entanto, a generalização da culpa sobre os imigrantes deve ser vista com cuidado, já que existem exceções que, em grande parte das vezes, se apresentam como maioria.

1.3 O conceito de migrante e o incentivo para migrar

Até aqui, vem se discutindo o histórico da migração e quais seus efeitos sobre a sociedade. No entanto, é preciso definir um conceito, ainda que amplo, para migrante. O conceito utilizado pelas Nações Unidas define o migrante como aquela pessoa que fica fora de seu país por pelo menos um ano (KOSER, 2007). Esses migrantes decidem se mudar para outras regiões por inúmeros motivos e podem ser encaixados em diversas categoriais. Além disso, os migrantes podem causar impactos na sociedade onde estão e na sociedade da qual vieram.

Quanto às categorias que podem ser encaixados os migrantes, Koser (2007) coloca que há os migrantes voluntários e os forçados – estes últimos podendo ser também refugiados. Há aqueles que migram por questões políticas ou os trabalhadores, que se mudam por razões econômicas. Ademais, há aqueles que migram por razões sociais. Dentro da categoria ampla de migrantes, há também aqueles que entram legalmente no país e os que são irregulares.

Com relação às categorias, parece que o foco de Trump tem sido principalmente os irregulares, mas não se pode dizer que as decisões tomadas por ele não afetem os que estão regularmente morando no país, já que se pretendem colocar algumas políticas que dificultem a permanência de certo tipos de imigrantes nos EUA. Além disso, a adoção de algumas políticas que dificultam a entrada legal de imigrantes, como o aumento da burocracia e da administração na entrada de migrantes nos aeroportos podem vir a reduzir a quantidade de indivíduos que tentam entrar com o visto.

Quanto aos incentivos fornecidos à migração, não é possível dizer com certeza o que motiva as pessoas a migrarem. No entanto, é possível observar que a busca por trabalho e vida digna, a fuga de conflitos políticos, perseguições e guerras são fatores que levam à migração. Aliado a isso, o crescimento das disparidades no desenvolvimento econômico podem proporcionar motivos razoáveis para o fluxo de pessoas entre as fronteiras (KOSER, 2007).

A partir da definição e dos motivos genéricos que levam os migrantes a sair de seus países, deve-se analisar alguns fatores que são usualmente utilizados para descrever os impactos que os imigrantes geram na sociedade. Como colocado acima, a migração pode ser vista como fator de oportunidades ou de dificuldades. No caso dos imigrantes, os possíveis argumentos utilizados são os de que, no campo econômico, eles podem causar desemprego ou, ao contrário, os imigrantes podem ser favoráveis à movimentação de capital, já que estão dispostos a aceitar salários mais baixos e são flexíveis (KOSER, 2007).

Portanto, os migrantes podem gerar impactos positivos ou negativos na sociedade. Esses impactos irão depender do local onde os migrantes estão concentrados, das características, do tipo de indivíduo que decide migrar e da situação estrutural da sociedade que os recebe. Está claro, no entanto, que os supostos malefícios que os imigrantes trazem para a sociedade são mais uma construção de um discurso político que busca achar culpados por problemas que possuem como vetores várias características econômicas e políticas do que propriamente culpa dos migrantes. A generalização grosseira de que os imigrantes são criminosos, terroristas, pouco qualificados e que podem trazer doenças ou retirar o emprego

dos nacionais só pode fomentar um pensamento discriminatório, xenofóbico e que vai contra os direitos humanos e a dignidade dos migrantes.

1.4 *Xenofobia*

1. Aversão ou rejeição a pessoas ou coisas estrangeiras: A partir da convicção a respeito dos valores culturais nacionais, podem ser construídos o orgulho nacional, a xenofobia, o racismo e outras atitudes que buscam criar um sentimento de unidade interna (MCS).
2. Temor ou antipatia pelo que é incomum ou estranho ao seu ambiente³.

Em um mundo globalizado, há maior fluxo de pessoas que a cada dia cruzam as fronteiras geográficas de seus países rumo a outros para o lazer ou em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Essa expansão e conexão entre diversas populações causam efeitos que podem ser tanto positivos, como a construção de uma cultura multiétnica e multirracial, como também consequências negativas, como o racismo, o extremismo e a xenofobia. Incluir um indivíduo que possui valores diferentes, que possui uma cultura diferente da nacional é um obstáculo, principalmente em sociedades fortemente nacionalista que valorizam tudo aquilo que é nacional e rejeitam o antinacional.

A ideia de um Estado Nacional bem definido, com características populacionais próprias e elementos culturais singulares e homogêneos é desafiada pelo fenômeno da globalização, que traz consigo uma fluidez para as fronteiras e para conceitos antes muito claros para a população de determinado território. A incorporação de processos resultantes da globalização não é recebida passivamente, e muitos geram conflitos graves. A imigração, tida como um elemento possível dentro do cenário de interconexão é um aspecto gerador de debates e conflitos, pois engloba tanto impactos econômicos quanto políticos nos países receptores dos indivíduos que deixam seus países.

A intensificação do racismo e da xenofobia está inserida nesse contexto de globalização que incita mudanças em como um nacional percebe a sua identidade como única e pertinente a determinado desenvolvimento histórico do seu território. A intolerância ao estrangeiro perpassa justificativas econômicas, políticas e culturais, e inclui também elementos psicológicos.

O ódio ao diferente e a ameaça sentida por conta deste cria um cenário possível para denegrir a sua imagem. A associação de conceitos negativos, geralmente relacionados à segurança, faz possível uma relação de hierarquia em que o país de origem é valorizado por suas características positivas construídas segundo a imagem negativa de países que são vistos

³ XENOFOBIA. In: DICIONÁRIO Michaelis. Editora Melhoramentos, 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=8a00d>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

como inferiores. Essa atitude pode ser entendida como uma forma de incluir nos discursos aspectos econômicos. Tem-se como exemplo disso o já apresentado discurso de que imigrantes tomam empregos da população nativa e usam dos serviços públicos que já estariam sobrecarregados.

Nos Estados Unidos, discursos xenofóbicos e racistas vêm ganhando força, principalmente no que tange à imigração de mexicanos em busca de melhores condições em território norte-americano. A ameaça da entrada de uma onda de indivíduos que são diferentes e que podem disputar serviços americanos se tornou alvo de críticas e de discursos violentos e degradantes. Esses discursos emergem, como regra geral, em cenários de crise, mas não estão restritos a eles. A própria existência de um grupo que tem uma posição reacionária e por vezes extrema quanto à entrada de elementos distintos e que contrariem os padrões construídos já é um fator para a emergência desses tipos de discursos.

Com efeito, levando em conta como o presidente Donald Trump vem tratado os imigrantes irregulares, só é possível perceber que esta ação pode levar ao preconceito e a atitudes xenofóbicas. Neste sentido é importante colocar o que foi dito pelo alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad al-Hussein⁴: “a difamação de grupos inteiros como os mexicanos e os muçulmanos, e as falsas alegações de que os imigrantes cometem mais crimes do que os cidadãos dos Estados Unidos são daninhos e avivam abusos xenófobos”.

⁴ Informação retirada do site <https://g1.globo.com/mundo/noticia/preconceito-com-mexicanos-e-muculmanos-aviva-xenofobia-nos-eua-aponta-onu.ghtml>.

2. A história dos Estados Unidos da América

Neste capítulo, será exposta uma breve contextualização da história dos Estados Unidos até o século XIX, que servirá de base para o posterior desenvolvimento do conceito de identidade nacional e o impacto dos eventos sobre o cenário atual. Não há pretensão de aprofundamento do tema, mas sim a exposição de acontecimentos relevantes.

2.1 A colonização daquilo que viria a ser o grande território dos Estados Unidos da América

O fim da Idade Média trouxe consigo a expansão das fronteiras europeias, antes desconhecidas pelos seus habitantes. O domínio dos grandes monarcas e a busca por riquezas e comércio com as Índias criaram uma dinâmica que alterou o globo. As grandes navegações e as aventuras marítimas iniciadas pelas nações ibéricas de Portugal e Espanha foram o início daquilo que seria conhecido como a descoberta do Novo Mundo: as Américas. A empreitada colonizadora incitada por portugueses e espanhóis não se restringiu a estes, sendo posteriormente empregada pela Inglaterra, França, Holanda e outras nações adentraram a corrida por conquistas de terras e riquezas.

O assunto da colonização muito importa para a construção do que hoje são os Estados Unidos. Diferentemente do que aconteceu com as terras americanas dominadas pelas nações ibéricas, a colonização das treze colônias se deu de forma distinta e isto possibilitou o surgimento de uma nação diferente dos demais países latino-americanos. Portanto, entende-se como necessário apresentar como surgiu essa força colonizadora, em que situação histórica ela se deu, quem foram os colonos que se instalaram nas terras do Novo Mundo e como a sua construção impactou o modo de organização e identificação da sociedade norte-americana.

O impulso colonizador dado às nações europeias, aqui limitadas a Portugal, Espanha, Inglaterra e França, não tiveram objetivos muito diferentes, apesar da colonização por essas nações ter ocorrido de modo distinto pelas diferenças políticas e históricas de cada país. Em suma, o objetivo principal era a busca de metais preciosos, a expansão de territórios e a busca por especiarias.

Com o sucesso espanhol e português, a Coroa Inglesa também investiu na conquista de territórios. Na Inglaterra, a colonização pode ser entendida como uma colonização por empresas (KARNAL *et al*, 2007), pois houve uma transferência da responsabilidade da exploração para empresas privadas que seriam responsáveis pela exploração do território em prol da Coroa.

No entanto, não foi só a exploração que ensejou a colonização inglesa. A situação política da Inglaterra, com as diversas guerras empreendidas internamente e externamente, como a Guerra das Duas Rosas⁵ e a Guerra dos Cem Anos⁶, também foi motivo para a colonização americana. A separação da monarquia da Igreja Católica e a criação da Igreja Anglicana por Henrique VIII, a revolução agrícola e o crescimento das manufaturas com o consequente cercamento das propriedades rurais, o êxodo rural e o inchaço populacional urbano, junto às dificuldades econômicas advindas da alta inflação por causa da grande entrada de ouro espanhol: todos foram fatores advindos da situação histórica de turbulência e crescimento inglês que desenharam como a colonização da América do Norte iria acontecer.

A partir dessas peculiaridades, já é possível perceber que a vinda dos colonos para as Treze Colônias trouxe consigo indivíduos distintos daqueles que se transferiram para as colônias ibéricas. Nestas, aventureiros e algumas pessoas de posse se instalaram nas terras americanas em busca de riquezas, dando formato à colonização de exploração. Já nas colônias norte-americanas, muitos dos colonos eram pessoas pobres expropriadas de suas terras pelos cercamentos, mulheres jovens em busca de maior liberdade, e religiosos perseguidos por suas crenças (KARNAL *et al*, 2007).

Os indivíduos que migraram para as terras coloniais inglesas foram de extrema importância para a construção dos valores americanos. Os colonos traziam em sua bagagem e memória os valores ingleses e estes seriam adaptados para a formação da futura identidade nacional. Além das pessoas pobres que buscavam um futuro melhor, grupos religiosos com diferentes crenças também participaram da construção da nação, sendo a diversidade religiosa uma das características das treze colônias.

Um grupo religioso relevante na construção dos Estados Unidos são os Peregrinos. Segundo Karnal *et al* (2007), esses peregrinos são reconhecidos como fundadores dos EUA, apesar de representarem somente uma pequena parcela branca, anglo-saxã e protestante. Outro grupo religioso importante, os puritanos (KARNAL *et al*, 2007) também inseriram a sua marca na construção dos Estados Unidos. Estes, por acreditarem ser o povo escolhido por Deus para conquistar as terras, perpetuaram na cultura americana a noção de conquista dos territórios, tendo como exemplo mais claro a posterior tese do Destino Manifesto.

⁵ A Guerra das Duas Rosas (1455-1485) envolveu uma disputa entre as famílias Lancaster e York pelo trono inglês.

⁶ A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) foi um conflito violento entre o Reino Inglês e o Reino Francês pela sucessão do trono deste.

Mediante o apresentado, é possível perceber que a colonização de exploração feita por Portugal e Espanha se diferenciou da colonização de povoamento feita nas terras norte-americanas. Nesta, os colonos se instalaram em busca de um novo lar, plantando para a sua subsistência e criando uma extensão da sociedade inglesa. Os valores já estavam embutidos nos indivíduos e este fator aparece como uma das grandes diferenças frente aos colonos vindos da Península Ibérica. Não só a forma de colonização gerou a distinção entre Estados Unidos e os países latino-americanos, mas também a questão geográfica com as vastas planícies norte-americanas. A questão religiosa também foi elemento relevante, pois o protestantismo e a sua defesa pelo lucro e pela riqueza, como demonstrativo da salvação da alma, incentivou o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos (KARNAL *et al*, 2007).

2.2 *A Guerra da Independência*

A luta pela independência das treze colônias foi um processo cumulativo de fatores que giraram em torno principalmente da tentativa da Inglaterra de impor situações desfavoráveis aos colonos. Os colonos já possuíam valores trazidos de sua terra natal e o simples fato de a Inglaterra os ver como inferiores e possíveis de subordinação já provocou certo furor em torno de uma separação (GREENFELD, 1992).

A força e o grande território, cheio de recursos, fez com que os colonos percebessem a sua capacidade e a desnecessidade de continuar ligados a uma metrópole exploradora. Dessa forma, vale aqui explicitar o caminho para esse grande movimento que foi a Independência, já que esse foi um dos movimentos que possibilitariam, mais a frente, o sentimento de unidade e pertencimento a uma nação.

A colonização empreendida em território norte-americano gozava de certa liberdade, visto que durante os séculos XVII e XVIII a Inglaterra passava por conflitos internos e externos. Essa situação conturbada na metrópole deixava a colônia à deriva e assim, a mercê das decisões dos próprios ocupantes da terra. Dessa forma, os colonos tiveram certa autonomia para organizar a produção e o comércio, além da manutenção de alguns costumes e de valores que seriam primordiais na guerra pela independência como, por exemplo, a razão e a liberdade.

Até o início do século XVIII, a Inglaterra interferia muito pouco nos negócios das colônias. No entanto, podem-se identificar dois momentos que impactaram nessa autonomia, tendo a Inglaterra uma posição mais intervencionista, na tentativa de dominar as terras americanas. O primeiro momento válido quando se aborda a mudança da atitude inglesa é a

Guerra dos Sete anos junto à imposição de impostos. Já o segundo momento está situado no final do século XVIII e início do século XIX, com a relativa prosperidade e ascensão da Revolução Industrial, exigindo novos mercados e matéria-prima para as indústrias.

A Guerra dos Sete anos, dentre diversos outros conflitos, apresentou-se como momento marcante e teve início em 1756 e terminou em 1763. Ela consistiu em disputas por território americano entre os ingleses e os franceses. Apesar de a Inglaterra sair vitoriosa desse conflito, muitas despesas e perdas se acumularam. Nesse sentido, esses débitos foram impostos aos colonos, o que gerou grande insatisfação. Mais uma vez, “os acordos ao final desses conflitos nem sempre foram favoráveis aos colonos” (KARNAL *et al*, 2007, p. 75), impulsionando-os para a separação com a Metrópole.

Entre um dos aspectos que serviu para o processo de independência está a imposição de impostos. Para a manutenção da Inglaterra, várias medidas para a arrecadação de fundos para a Metrópole foram adotadas. Tidas como leis da ruptura para Karnal *et al* (2007), a Lei do Açúcar, que estabelecia taxação adicional sobre o açúcar e outros impostos; a Lei da Moeda, que proibia a emissão de moeda pela colônia; a Lei do Selo, impondo a taxação de documentos, jornais, entre outros e os Atos Townshend, que taxavam o chá e outros objetos, foram o estopim para um movimento de libertação de uma metrópole que desejava a dominação e exploração das prósperas colônias.

O segundo momento que influenciou na independência das colônias apontado por Karnal *et al* (2007) é o período que compreende os séculos XVIII e XIX, marcado pela estabilidade inglesa com o estabelecimento da monarquia parlamentar e o desenvolvimento econômico a partir da Revolução Industrial. Com a expansão das indústrias, era necessário matéria-prima, mercado e mão de obra. Isso tudo seria buscado nas colônias americanas, e foi justamente esse impulso mercantil que ativou o sentimento antibritânico na colônia (KARNAL *et al*, 2007).

A Guerra de Independência não uniu as treze colônias em um sentimento nacional, mas sim em um sentimento contra as investidas prejudiciais feitas pela metrópole (KARNAL *et al*, 2007). Para alterar a situação desproporcional, os indivíduos que ocupavam as treze colônias se reuniram no Congresso Continental da Filadélfia e em 1774, os representantes encaminharam um pedido de protesto e de moderação para o monarca inglês. No entanto, esse pedido foi ineficaz e em 1776, o Segundo Congresso da Filadélfia decide pela separação com a posterior Declaração de Independência (KARNAL *et al*, 2007).

A Guerra da Independência foi marcada por muitos conflitos até o reconhecimento pela Inglaterra com o Tratado de Paris em 1783. A independência deu liberdade às colônias, entretanto, era necessária a organização destas, feita na Convenção da Filadélfia em 1787, com a redação da Constituição Americana. Na Carta Magna, o federalismo predominou, com autonomia e equilíbrio entre o governo central e os governos dos entes federados. Essa nova organização dotada de autonomia e liberdade seria o modelo que todas as outras colônias desejariam seguir (KARNAL *et al*, 2007).

A Independência da metrópole foi só mais um passo rumo à construção de uma nação coesa e com o sentimento de pertencimento nacional por parte de seus habitantes, mas não foi a única nem a última a estabelecer o caminho para a identidade nacional norte-americana. Neste sentido, na seção seguinte serão expostos fatores e contingências históricos que contribuíram para a base ideológica do sentimento nacional dos Estados Unidos da América.

2.3 *A Expansão Territorial e a Guerra de Secessão*

A expansão territorial dos Estados Unidos da América se deu devido à vontade de obter novos territórios para expansão econômica e povoamento, além também do desejo de adquirir vantagens e garantir a segurança da nação, já que algumas porções ainda eram colônias francesas e espanholas. Para garantir que esta expansão entrasse na mente de seus cidadãos e fornecesse a eles um sentimento de nacionalismo e superioridade étnica, foram elaboradas filosofias que foram o impulso para a grande expansão.

A primeira delas foi a filosofia do Destino Manifesto, onde se acreditava que havia um povo escolhido por Deus para espalhar suas boas condutas e estilo de vida por todo o território (KARNAL *et al*, 2007), mostrando o quão superior e capaz de evoluir seria o povo norte-americano. A expansão seria, portanto, apenas uma manifestação da vontade divina. Na realidade, esta filosofia deixava claro o sentimento de superioridade que os norte-americanos tinham com relação aos latino-americanos, indígenas e demais populações que viviam no restante do continente americano.

Outro movimento que instigou a rápida expansão territorial americana e se coadunou com a ideia de Destino Manifesto foi a Marcha para o Oeste, onde o recém-formado país, por meio de negociações diplomáticas e conflitos, conseguiu aumentar o território e adquirir vantagens econômicas deste. Alguns resultados dessa Marcha foram a compra do território de Louisiana da França, enfraquecida pela Guerra Napoleônica, e a compra do território da

Flórida dos Espanhóis, que também estavam fragilizados devido aos conflitos empreendidos por Napoleão (KARNAL *et al*, 2007).

Além disso, a ideia de Destino Manifesto, superioridade racial dos norte-americanos e a consequente busca por novos territórios levaram aos Estados Unidos e México a entrarem em um grande conflito que se estendeu de 1846 a 1848, onde o México, após lutar por seus territórios, se viu obrigado a ceder para os EUA o território do Texas, Califórnia e outros territórios. Com o fim da guerra mexicana e a anexação dos territórios aos Estados Unidos, começam a se aprofundar as divergências entre os estados do sul e do norte, que se confrontavam quanto a possibilidade de empregar ou não o uso de mão de obra escrava nos novos territórios. Esse conflito acaba por desembocar na Guerra de Secessão, um período de turbulência pouco depois do movimento de Independência dos EUA.

A Guerra de Secessão ocorreu no período que vai de 1861 a 1865 e foi fruto das diferenças políticas, econômicas e sociais que ainda permeavam os estados do Sul e os estados do Norte, mesmo após a independência e a formação dos Estados Unidos da América. A origem deste conflito parece ter se fundamentado no quesito da escravidão e como os novos estados anexados seriam incorporados à economia dos estados do sul e do norte. Portanto, a diferença ideológica entre os estados acirraram as oposições e, com a expansão territorial, levaram à guerra civil. Entretanto, para fundamentar esta conclusão, é necessário expor brevemente quais eram as diferenças entre as duas regiões que se envolveram na Guerra de Secessão.

Os estados do sul, devido ao clima propício para a agricultura e a utilização do sistema de *plantation*⁷, eram adeptos da escravidão e preferiam que os estados tivessem mais independência para lidar com suas situações, opondo-se ao protecionismo defendido pelos políticos do norte. Já os estados situados na porção norte dos Estados Unidos da América já estavam envolvidos com a Revolução Industrial desde meados dos anos de 1820 (KARNAL *et al*, 2007). Portanto, a sociedade já estava voltada para o comércio e a indústria, opondo-se à escravidão em prol da liberdade do homem, da terra e do trabalho e os políticos eram grandes apoiadores do poder centralizado e do protecionismo industrial oferecido pelo país.

Com o aumento do território devido a marcha para o oeste e fruto da doutrina do Destino Manifesto surgiu o questionamento sobre qual viés os novos estados seguiriam, se estes seriam escravagistas ou não (KARNAL *et al*, 2007). Como os estados do sul pretendiam

⁷ O *plantation* consistia num sistema de exploração baseado nas propriedades latifundiárias e monocultoras que utilizavam mão de obra escrava e voltavam sua produção para a exportação.

aumentar suas plantações de algodão e manter a escravidão e os estados do norte acreditavam na liberdade e na industrialização, ocorreu o confronto entre ambos.

O estopim para que esse confronto formalmente se iniciasse foi a eleição de Abraham Lincoln em 1860. O novo presidente eleito era abolicionista, o que levou à revolta dos estados sulistas que iniciam a guerra de secessão, uma guerra que visava separar os territórios a favor e contra a escravidão (KARNAL *et al*, 2007). No fim, o Norte obteve a vitória, dando continuidade à integridade territorial dos Estados Unidos e abolindo a escravidão, apesar da segregação e a discriminação contra os negros terem continuado até meados do século XX.

A partir do exposto, cabe colocar que apesar da Independência em 1776, ainda havia grandes diferenças sócio-políticas e econômicas entre as antigas colônias, o que ainda deixava a mercê da fragilidade a união das colônias como uma nação bem consolidada. Como coloca Karnal *et al* (2007), a nação só foi considerada formada após a Guerra de Secessão, que consolidou a união e tentou colocar de lado as diferenças mais marcantes entre os estados.

3 A construção da identidade nacional norte-americana segundo Liah Greenfeld

Para iniciar o debate, é necessário identificar e destacar o papel do nacionalismo na formação de uma nação. Dentro desse aspecto, Greenfeld (1992) ressalta que o nacionalismo é a base para a localização da identidade individual dentro de um povo, e a identidade nacional é uma força que dá sentido a diferentes materiais segundo características específicas e próprias de cada povo.

Dessa forma, o significado adquirido por determinado elemento só vale para aqueles que integram o espectro daquela identidade específica, não valendo de nada o sentido diferente que não faz parte da realidade construída para comunidade específica. Portanto, o nacionalismo é o norte para a construção de uma sociedade, e isto é também observável no nacionalismo americano, que engloba valores ingleses e os transformam segundo as novas situações geopolíticas, econômicas e sociais de sua realidade.

A identidade nacional norte-americana e sua construção estão diretamente relacionadas aos processos históricos que levaram a ocupação da colônia pela Inglaterra e, posteriormente, a desvinculação desta. A ocupação das terras americanas foi consequência do processo de expansão marítima inglesa, levando ao surgimento de novas oportunidades não só econômicas, como também religiosas, para os cidadãos ingleses. A transferência de território feita por parte de colonos ingleses não significou uma abdicação dos valores ingleses, e tal aspecto refletiu-se na construção da nação e dos seus fundamentos.

Quando se trata do perfil dos indivíduos que ocuparam, inicialmente, o território americano vale ressaltar os puritanos que, por razões religiosas, voluntariamente deixaram a Inglaterra em busca de maior liberdade religiosa e oportunidades. Segundo Liah Greenfeld (1992), para esses indivíduos a colônia era a melhor oportunidade para que seus sonhos e seus valores se realizassem, e foi justamente isso que deu forças a um sentimento de singularidade à identidade americana. Posteriormente, a colônia foi sendo ocupada por imigrantes e escravos, moldando a forma como a nação americana passaria a ser identificada, a saber, como uma nação universal, que acolhe e engloba todos aqueles que desejam compartilhar das noções de liberdade, igualdade de condições e dignidade.

Antes de chegar nesse ponto que caracteriza a nação americana como uma nação universal, é importante identificar as bases de sua identidade nacional. A vinda dos colonos ingleses trouxe consigo os valores do nacionalismo inglês, calcado na liberdade, igualdade e razão (GREENFELD, 1992). Dessa forma, o nacionalismo americano não surgiu a partir do ressentimento e o resquício do ódio contra o outro não foi base para a sua construção. Nos

Estados Unidos, os valores ingleses não foram repudiados, e sim fortalecidos. A noção de liberdade, igualdade, dignidade, independência e razão presentes no nacionalismo inglês foram aprimorados de modo que fosse criada uma identidade singular com força o suficiente para se desvincular da metrópole e seguir um caminho de prosperidade.

Assim, a identidade nacional neste país veio antes mesmo de sua especificidade, antecedendo até mesmo as instituições que ali seriam formadas. O seu papel foi de extrema importância, pois, no início, as terras vastas e dispersas não favoreciam um sentimento de união para a construção de algo maior, sendo que a ideologia e o sentido de nação dado à sociedade americana foi um grande fator para a própria formação desta (GREENFELD, 1992). A igualdade, liberdade e dignidade, valores presentes no nacionalismo inglês, tornaram-se os fundamentos da sociedade americana. Neste viés, não houve um conflito com a nação britânica, visto que os próprios colonos se consideravam elementos desta.

As colônias americanas, pelos próprios aspectos trazidos dos valores ingleses, foram motivadas à separação da Inglaterra. A ideologia e a força da identidade nacional fundamentada na liberdade e na igualdade foram fatores essenciais para a movimentação em prol de uma maior independência. Assim, a separação da metrópole era inerente ao nacionalismo americano, pois a própria ideia de soberania, governo autônomo e independência estavam presentes no nacionalismo inglês (GREENFELD, 1992). Tal visão teve como combustível os tratamentos desiguais dados por parte da Inglaterra às colônias na segunda metade do século XVIII, tais como os elevados impostos e intervenções nas atividades econômicas internas.

A independência americana, portanto, surgiu como efeito de diversos elementos crescentes na sociedade da época. Liah Greenfeld (1992) identifica muito bem algumas dessas causas. A primeira delas relaciona-se com a presença de uma já existente identidade nacional, que proporcionou os valores necessários à independência, visto que a ideia de subordinação e privação da liberdade e da participação de cada indivíduo como parte fundamental na vida política do país era um forte motivo para a separação. A segunda causa identificada era a vontade de liberdade, que aliada à força econômica, política e social, fez com que os colonos notassem a vantagem em se tornar independentes. Outro aspecto relevante foi a facilidade de se voltarem contra a Metrópole, pois era um território grande e que dado as suas características de colonização de povoamento, favoreciam um menor controle por parte da Inglaterra.

A separação, apesar do que se imaginava, não dissolveu o território em vários países. A associação entre eles deu força a uma nação com uma identidade universal, com princípios inerentes ao homem como ser humano. Essa associação não suplantou as necessidades e direitos individuais, por isso, como identificado em Greenfeld (1992), o universalismo americano não abafou o individualismo, não tornou irrelevante a ideia de autogoverno universal.

A associação feita entre as colônias não significava uma perda de autonomia, ao invés disso, significava uma união para garantir segurança, melhor governo e prosperidade. A ameaça de secessão era latente, mas com a criação da Constituição Americana em 1787, esta e a ideia de liberdade tornaram-se o fundamento e a característica principal da identidade nacional americana, agora girando em torno de pontos em comum que evitavam o desejo de separação. Os Estados Unidos, terras de oportunidades e prosperidades, agora eram a imagem desejada por muitos indivíduos que ansiavam por tais oportunidades.

A construção dos Estados Unidos não ficou restrita aos colonos ingleses que já traziam consigo valores pré-definidos. A imigração também exerceu importante papel na construção da nação. A promessa de novas chances, a igualdade de condições e a liberdade eram fatores atrativos para aqueles indivíduos que não tinham espaço nem oportunidades em seus países de origem. Esses fatores criaram um laço muito forte entre os imigrantes e os Estados Unidos, sendo que aqueles criaram tamanha afinidade que resultou em um sentimento de patriotismo para com a nação americana.

A imigração, inicialmente, foi bem vinda porque ajudou no povoamento e na expansão dos negócios americanos. No entanto, com o passar do tempo, os recursos foram ficando escassos e os imigrantes já traziam consigo uma identidade nacional diferente daquela existente nos Estados Unidos (GREENFELD, 1992). Essa característica reforçou a noção de universalidade da nação americana, pronta para acolher os mais diversos povos e suas especificidades, formando um novo povo, universal, com peculiaridades que unidas fortaleciam ainda mais o país.

A construção dos Estados Unidos voltou-se para a integração de diferentes povos como uma maneira de universalizar o território e a própria nação, dando um sentido acolhedor e universal à sociedade norte-americana. A nação americana formou-se em um processo de tolerância aos pluralismos, pois cada indivíduo contribui para a construção de uma identidade tolerante para com a pluralidade de aspectos daqueles que encontravam no território americano a chance de uma vida melhor.

No entanto, Greenfeld (1992) elabora uma visão distinta, porém complementar a esse universalismo. O outro lado da moeda era permeado pelo preconceito contra os imigrantes, vistos como uma ameaça aos nativos devido à falta de recursos e a possibilidade de competitividade. A visão universal logo trouxe consigo a visão de inferioridade e ameaça à segurança por parte dos imigrantes. Mesmo assim, a sociedade americana se manteve unida, não escondendo, porém, pequenos grupos insatisfeitos com essa tendência universalista. Guardada as diferenças entre os períodos históricos, pode-se identificar aqui uma das motivações da atual crise envolvendo os imigrantes no Governo Trump, com forte tendência a confirmar a força dos interesses econômicos e de segurança envolvidos no cenário atual.

As mudanças ocorridas com o passar do tempo e que não podem ser descartadas ao se abordar a construção da identidade nacional, a escassez de recursos e a necessidade de uma maior organização em torno de interesses comuns levaram a uma mudança de posicionamento do Estado americano. Inicialmente, o sentido dado aos Estados Unidos era de um Estado negativo, não interventor, que prezava pela liberdade individual.

Logo, a evolução da sociedade, o crescimento das cidades e o problema de distribuição de recursos exigiu uma atuação mais positiva do Estado. Essa atuação positiva requeria uma maior centralização, e esta deu força para uma maior unidade sobre a identidade nacional. Ainda assim, a noção de indivíduo não foi suprimida. A noção de associação de indivíduos, com foco no indivíduo se tornou característica específica do nacionalismo americano (GREENFELD, 1992). A nação americana, coesa socialmente, se guiava pelos princípios da liberdade e igualdade, o que a tornou tão singular.

Mediante o exposto nessa seção, o nacionalismo americano pode ser visto dentro do modelo teórico apresentado por Greenfeld (1992), a saber, o nacionalismo individualista-libertário e cívico. Aqui, verifica-se que o nacionalismo americano não foi construído a partir de conceitos étnicos e unitários, levando a um nacionalismo autoritário. Ao contrário, a valorização de princípios universais, como a igualdade e a liberdade, e a inclusão do indivíduo como centro da identidade nacional voltam-se para a cidadania, aberta e possível para todos. O nascimento e o laço sanguíneo não são o alvo, já que a identificação com as características nacionais podem ser adquiridas.

Apesar de as características trazidas por Greenfeld (1992) sobre o nacionalismo cívico tido como tipicamente americano serem observáveis em grande parte, principalmente no que tange a construção da sociedade norte-americana, é importante delinear que aquele nacionalismo é um modelo e pressupor que todos os seus elementos se solidificam

completamente é errôneo. Portanto, é possível dizer que o nacionalismo presente nos Estados Unidos não está despidido de características étnicas. Assim, “a ideia de uma identidade nacional e uma cidadania completamente despidas de componentes étnicos e baseadas exclusivamente em lealdades aos princípios cívicos e democráticos é, assim, irreal” (NASCIMENTO, 2003, p. 44).

O nacionalismo cívico-libertário, constituído por elementos como liberdade, aceitação das diferenças e assimilação, presente nos Estados Unidos não pode ser tido como total, visto que não é possível eliminar certas características psicológicas de uma ligação étnica entre os indivíduos que constituem a nação. Neste viés, vale ressaltar que “a essência da nação é uma ligação psicológica entre as pessoas que as diferenciam dos não pertencentes à nação” (CONNOR, 1994, p. 207, tradução nossa).

Tomando o nacionalismo norte-americano como despidido de qualquer influência étnica, teremos uma nação que assimila outros indivíduos não nascidos ou descendentes de indivíduos que não são ingleses. No entanto, os Estados Unidos têm sim elementos étnicos, e isso pode ser observado a partir do exemplo dado por Walker Connor (1994). Para o autor, mesmo que os americanos devam ser como uma família, há grupos que se manifestam pela delimitação desse conceito, sendo americanos somente aqueles descendentes diretos dos anglo-saxões. Assim, são americanos aqueles com relação sanguínea com os ingleses.

Esse grupo de americanos de descendência anglo-saxã (CONNOR, 1994) se movimenta em favor do fortalecimento desses laços ao desprezar e até mesmo discriminar etnias “inferiores”⁸ que se dizem americanas. Essa movimentação tem impacto direto nas políticas migratórias, pois esse núcleo étnico original exige a preservação do grupo homogêneo a partir do impedimento da entrada de imigrantes que possam “sujar” os Estados Unidos. A partir disso, percebe-se que mesmo que se tenham ideais típicos do modelo de nacionalismo cívico-libertário, “a ligação nacional, por ser baseada na crença de uma descendência comum, bifurca a humanidade em “nós” e “eles”” (CONNOR, 1994, p. 207).

⁸ O termo se encontra entre aspas devido ao fato de se acreditar que a visão de inferioridade é baseada em uma visão pré-concebida, estereotipada e preconceituosa, onde aquele que apresenta traços diferentes dos supostos descendentes de ingleses é rebaixado.

4. A relação entre Estados Unidos e México

4.1 A ascensão dos Estados Unidos como potência mundial

Após a Guerra de Independência e a superação da Guerra civil causada pelo movimento separatista entre o Sul e o Norte, os Estados Unidos engataram um forte crescimento econômico e, conseqüentemente, apareceram no cenário internacional como uma real potência mundial. Vale destacar que em 1820, o Norte já estava dentro da Revolução industrial, o que trazia grande impulso para o crescimento econômico e atraía diversos imigrantes das mais variadas partes do mundo (KARNAL *et al*, 2007). Dessa forma, com o fim da Guerra Civil e o surgimento de uma nação, houve uma expansão tanto territorial como industrial que favoreceram o posicionamento atual dos Estados Unidos na economia mundial.

Com o sucesso da Revolução Industrial, a expansão das ferrovias e da comunicação e a atração de ondas de imigração que calcaram a ascensão norte-americana, os EUA cresceram e empenharam-se em conflitos mundiais que construíram a sua imagem de país moderno, desenvolvido e rico que hoje possui. Durante a Primeira Guerra Mundial, conflito entre a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente⁹ marcada pela luta imperialista em prol da conquista e da redivisão das colônias, os Estados Unidos tiveram papel fundamental, visto que a guerra desconcertava as economias das nações europeias e estas precisavam de investimentos e de mantimentos. A posterior participação dos Estados Unidos ao lado da Tríplice Entente, em 1917, contra os alemães e aliados foi decisiva para o término do conflito que impôs pesadas sanções e indenizações à Alemanha. Neste viés:

“A Primeira Guerra Mundial ofereceu melhores oportunidades aos políticos para a consolidação da supremacia econômica do país e o alívio dos conflitos sociais internos. A linguagem de “nacionalismo”, “democracia econômica” e “liberdade” utilizada pelas elites e governos durante a guerra refletiu bem muitas das trajetórias ideológicas dos movimentos progressistas” (KARNAL *et al*, 2007, p. 193-194).

É nesse contexto de guerra que os Estados Unidos têm grande crescimento econômico. O aumento da exportação de alimentos e o investimento dos grandes banqueiros, com a queda dos preços e emprego abundante criou um cenário de prosperidade que atraíram imigrantes e consolidou o que se chama *American Way of Life*. Tal conceito pode ser entendido como uma forma de padronização da imagem dada à vida americana, visto que a prosperidade, a liberdade, a democracia e o desenvolvimento seriam o desejo de todos aqueles que buscavam

⁹ Os países que integravam a Tríplice Entente são a França, o Reino Unido e o Império Russo. Já os que compõem a Tríplice Aliança são Alemanha, Império Austro-húngaro e Itália.

uma condição melhor de vida. Assim, a ideia de uma vida de oportunidades traz em massa os imigrantes, principalmente latinos.

O pós-primeira guerra já não foi tão promissor para a economia norte-americana. Com o reestabelecimento econômico das potências europeias, o consumo e os investimentos diminuíram, levando a uma comoção econômica nos Estados Unidos, que desemboca na Crise de 1929. Não há pretensão de discorrer aqui sobre o que foi a crise econômica, sendo suficiente o entendimento de que a Crise de 1929 foi marcada pela queda da bolsa de Nova Iorque e um desinvestimento em massa na economia, com crise de emprego e alta inflação.

Quando se aborda o assunto da Grande Depressão, o que importa neste trabalho é o sentido do impacto mundial que a crise americana causou. Muitos países foram afetados pela quebra da bolsa de Nova Iorque, demonstrando a força que os Estados Unidos tinha e a influência do fenômeno da globalização. Além disso, os imigrantes que residiam no território americano também sofreram forte discriminação e foram culpados pelas mazelas sociais que já vinha perfilhando a sociedade americana (KARNAL *et al*, 2007) principalmente o seu núcleo branco racista.

Abordando outro conflito importante na história mundial, a Segunda Guerra (1939-1945) despontou como um dos maiores conflitos já ocorridos no globo e mais uma vez a participação dos Estados Unidos, oficialmente presente já no final do conflito, foi decisiva. A Grande Depressão já tinha sido superada e os impulsos expansionistas do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) fortificaram a decisão de Roosevelt quanto ao conflito, já que o imperialismo americano e a segurança nacional foram tópicos muito presentes na atitude política norte-americana (KARNAL *et al*, 2007).

O fim da Segunda Guerra Mundial elevou os Estados Unidos à posição de potência mundial. A luta entre o capitalismo, representado pelos EUA, contra o Comunismo, representado pela União Soviética, permeou o embate que não chegou a um conflito armado direto entre as duas nações, mas que causou grandes tensões e movimentações em torno de impedir o domínio comunista na América Latina. O final do conflito resultou na ascensão do capitalismo como sistema econômico e político dominante e, mais uma vez, os Estados Unidos aparecem como a figura do desenvolvimento, da prosperidade, da igualdade e da democracia.

Mediante esses processos e eventos, os Estados Unidos despontam como uma nação forte e imperialista e é justamente essa visão que fará a política norte-americana intervencionista, visando à expansão do seu modelo econômico. A ideia de uma nação superior permitirá a intervenção em outros países e até mesmo na formatação dos fluxos comerciais e de mão de obra no mundo. O imperialismo aqui abordado não se limita à esfera econômica, mas também à esfera social e política, principalmente ao criar a imagem de que a América (os EUA, mais precisamente) é pautada no desenvolvimento e na prosperidade e que esta é o modelo de nação a ser seguido.

4.2 O México e os Estados Unidos: condições econômicas e a imigração

A relação entre os Estados Unidos e o México sempre foi muito complexa, principalmente porque a situação política, econômica e social destas nações são muito diferentes. Enquanto a primeira é classificada como a maior potência da modernidade, espalhando os efeitos de sua hegemonia pelo mundo, a segunda é vista como um país subdesenvolvido e dependente, da mesma forma que os outros países que compõem a América Latina são vistos. Nessa perspectiva, vale mencionar aspectos sobre a relação entre o México e os Estados Unidos que especificam a situação econômica e social e a relação desta com a imigração.

O crescimento mexicano desigual (MARTÍNEZ, 2016) é alvo de várias tentativas de explicação, passando desde a ideia de que o país não investiu pesado em setores que poderiam gerar lucro no futuro, mencionada pela Teoria da Modernização, que atribui à falta de investimento em tecnologia como fator determinante para o insucesso do país, indo até a Teoria da Dependência, que justifica o desenvolvimento lento e precário a partir de dificuldades estruturais impostas pela assimetria mundial no que tange às relações econômicas. O fato é que o México é um país que se sujeita a dependência de capitais externo, pois se encontra incapacitado de gerar capital o suficiente para impulsionar sua economia e manter um nível de bem-estar generalizado para os mexicanos.

No entanto, a afirmação de que o México é incapaz de gerar capital o suficiente para manutenção de sua economia deve ser vista não como uma crítica exclusiva à forma como o país se organizou internamente, e sim como resultado de contingências internas e externas que abalaram o país desde a época que era uma das colônias da Espanha. Nesse viés, vale dizer que a posição de desigualdade quando comparado aos Estados Unidos e com as outras

potências mundiais foi resultado do desgaste e exploração dos seus recursos durante a era colonial e também das lutas e investidas norte-americanas contra o seu território.

Quando da independência mexicana, em 1821, o México viu-se frente a uma nova situação que não o favoreceu tanto quanto se podia imaginar ao sair de um regime colonial explorador e mercantilista. Como apresentado por Martínez (2016), a independência trouxe à tona problemas de ordem política, com elites monopolistas, econômicas, com vasta parcela da sociedade muito pobre, e questões sobre a divisão social em classes que dificultaram o fortalecimento do país. A industrialização, portanto, dentro desse cenário também teve dificuldades de ser implementada, já que as condições financeiras, a saber, falta de capital, e as condições geográfica e populacional – esta oferecendo pouco mercado consumidor –, não facilitaram o movimento rumo ao desenvolvimento.

Durante o século XX, o México enfrentou grandes crises internas, como a Revolução Mexicana – caracterizada pelo movimento que derrubou o ditador Porfírio Dias do poder –, e externas advindas de sua dependência dos Estados Unidos – tendo a Crise de 1929 como exemplo principal –, não deixando de lado a dificuldade enfrentada em 1980 com a crise do petróleo. Essas crises geraram um forte fluxo de imigrantes mexicanos que iam em direção aos Estados Unidos em busca de uma situação melhor. Cada vez mais as desigualdades econômicas no México reforçaram a questão da imigração entre este e o país norte-americano.

A ligação entre os Estados Unidos e o México ficou bastante clara também durante o século XX, quando aquele se estabeleceu como a maior potência do mundo. A dependência de capital estrangeiro e o grande vizinho do México formou uma rede de dependência desigual entre as duas nações, sendo que o país mexicano sempre foi mais suscetível aos contextos voláteis da economia norte-americana.

Não há como negar o papel dos Estados Unidos na economia mexicana. Um exemplo dessa influência trazida por Martínez (2016) foi o programa de industrialização da fronteira empenhado em 1965. Nesse programa, empresas americanas se estabeleceram na fronteira entre Estados Unidos e México, sendo que essas fábricas eram voltadas para a exportação de produtos manufaturados a base de mão-de-obra barata, ou seja, a exportação para os Estados Unidos de produtos mais baratos e que garantiam mais lucros às multinacionais.

Outro exemplo de influência econômica norte-americana na organização político-econômica mexicana acontece nas décadas de 1980 e 1990. A mudança de plano econômico implementada no México com a entrada deste na política neoliberal levou também a manutenção da dependência econômica do capital estrangeiro. Nesse período, o México

assinou diversos acordos e tratados com os EUA, sendo um deles o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que trouxeram impactos tanto econômicos quanto sociais, ao influenciar na questão migratória.

O NAFTA (The North American Free Trade Agreement) é um acordo comercial que entrou em vigência em 1º de janeiro de 1994, abrangendo os Estados Unidos, o Canadá e o México. Este acordo pretendeu estabelecer algumas normas comerciais e de investimento entre os países envolvidos, tentando eliminar barreiras – tanto tarifárias quanto não-tarifárias – para proporcionar o livre comércio entre as nações¹⁰. Este acordo é conhecido por empurrar o México a decidir sobre a sua posição de capitalismo-socialismo, onde o Estado era o principal atuante no fomento e controle da economia (MARTÍNEZ, 2016). Neste sentido, o México entra definitivamente no projeto neoliberal que já estava em vigor nos Estados Unidos.

Atualmente, está havendo uma nova articulação entre os países para renegociarem algumas cláusulas do acordo econômico, tendo em vista que o presidente Donald Trump vem lançando ameaças que propõem a extinção do NAFTA, que tem como rendimento e trocas calculadas em mais de 1,2 trilhão de dólares¹¹. No entanto, a definição das novas abordagens que será colocada no acordo ainda é desconhecida até o momento¹².

Uma análise interessante sobre a relação entre o NAFTA e a imigração pode ser encontrado no artigo de Uchitelle (2007) para o *New York Times*¹³. Em sua análise, o acordo teria a promessa e o intuito também de reduzir a imigração ilegal advinda do México, já que com o acordo, o México aproveitaria de uma grande prosperidade econômica e um baixo índice de desemprego devido à entrada de fluxos de capital estrangeiro e instalação de indústrias multinacionais.

Na análise de Uchitelle (2007) a redução da imigração não veio com a assinatura e dita prosperidade que o Acordo proporcionaria. Para ele, o que se observou de fato foi que as indústrias mexicanas foram pouco a pouco perdendo espaço para as estrangeiras que produziam produtos mais baratos e de melhor qualidade, e os salários se viram ainda menores, levando a consequente busca por outros lugares que proporcionassem melhores oportunidades, o que não ajudou a reduzir a imigração mexicana para os EUA. Portanto, a

¹⁰ Disponível em http://www.naftanow.org/faq_en.asp#faq-1

¹¹ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/nafta-mexico-e-canada-de-um-lado-vs-trump-e-o-twitter-de-outro/>.

¹² Este momento se refere ao dia 28 de abril de 2018.

¹³ UCHITELLE, Louis, 2007.

expectativa de crescimento da economia mexicana que seria proporcionada pelo NAFTA não manteve os mexicanos em seu país de origem, já que com crises e problemas políticos, o crescimento não foi tão grande como se esperava.

A partir dessa perspectiva de grande influência e dependência mexicana aos critérios projetados pelos EUA que impactou na soberania do país, é importante também mencionar a questão territorial, já que esta também é um elemento-chave na definição do contexto em que hoje o México se encontra, ou seja, um contexto de dependência, de fragilidade econômica e social. O expansionismo norte-americano que anexou grande parte do que hoje seria o México, como a Califórnia e o Texas, causou instabilidade na nação latino-americana, pois o território anexado aos EUA tinha grande potencial para ajudar o México a se colocar em melhor posição econômica.

A questão da imigração também tem sido um ponto polêmico quando se trata da relação EUA-México. Martínez (2016) entende que a imigração ilegal é o reflexo de características próprias das duas nações, ou seja, da desigualdade econômica e social mexicana e da necessidade de mão-de-obra barata pelos EUA. As ondas migratórias têm demonstrado a fragilidade econômica em que se encontra a nação mexicana, com empregos insuficientes e condições difíceis para a sua população, que encontra nos Estados Unidos o cenário perfeito para a busca de melhores condições para si e para a família.

A imigração de parte da população mexicana se deu de maneira irregular durante o final do século XIX até os dias atuais. Martínez (2016) observa três ondas migratórias que dependeram do contexto mundial e da exigência de mão-de-obra pelos EUA. O primeiro período identificado está entre 1910 e 1940, período em que a Primeira Grande Guerra acontece, o crescimento econômico americano desponta e a Crise de 1929 ocorre. Neste período identificam-se oscilações na imigração mexicana, sendo que antes da Primeira Guerra Mundial percebia-se um tráfego livre de pessoas, visto que não havia uma burocracia forte, sendo que a mão-de-obra mexicana seria muito bem aproveitada no contexto de guerra. Já no pós-guerra, houve uma tentativa de intensificar o controle, que logo foi abandonado.

Ainda no período citado no parágrafo anterior, encontra-se a Crise de 1929, que gerou discursos racistas e xenofóbicos contra os imigrantes, principalmente os mexicanos. A população usava como justificativa da Grande Depressão a excessiva presença dos Mexicanos nos empregos, abaixando o salário recebido pelos americanos, e a presença destes nos serviços públicos, causando grande pressão. Aqui se observa a ligação entre crise econômica e a conveniência de manter imigrantes no território: quando o país cresce, a mão-de-obra barata

é vista como necessária para diminuir o preço dos manufaturados e dos alimentos; no entanto, quando a crise se instaura, são os imigrantes os primeiros a sofrerem discriminação e pressão para voltar para a terra natal.

O segundo período abordado pelo autor (MARTÍNEZ, 2016) está entre 1940 e 1965. A Segunda Guerra Mundial força um afrouxamento das regras para o recebimento de imigrantes no intuito de aumentar a massa de trabalhadores para manter o país gerando riquezas durante a guerra. É nesse período que o Programa Bracero (1942-1964) é implementado. Esse programa proporcionava a vinda de imigrantes mexicanos para trabalhar na agricultura, na mineração e nas fábricas através de contratos com empregadores privados. Mais uma vez é demonstrado que a aceitação ou não de imigrantes dependem de fatores econômicos, lembrando que nem toda a população via com bons olhos a vinda de tantos imigrantes para os EUA.

Martínez (2016), por fim, elenca o período que vai de 1965 até 2016, ano em que o livro foi escrito, para demonstrar que a imigração legal e ilegal ainda continua, sendo alvo de muitas críticas por parte da população, que atua, em parte de forma contrária ao recebimento dessa massa de imigrantes que aparenta pesar tanto nos serviços públicos e na segurança do país. Apesar de tudo, ainda hoje pode ser observada forte contribuição dos imigrantes para o crescimento econômico norte-americano. Eles trabalham e consomem produtos norte-americanos e até mesmo pagam as taxas de uso dos serviços.

O século XXI, que sucedeu um período marcado por grandes conflitos mundiais, inicia-se com relativa estabilidade e crescimento para os Estados Unidos. No entanto, a questão da imigração ainda aparece como um ponto permanente de debate, principalmente no que tange a imigração ilegal de mexicanos para o território norte-americano. Os imigrantes ilegais, também conhecidos como *Illegal Aliens* e *Undocumented Migrant* (AZEVEDO, 2007), são vistos como uma ameaça à estabilidade do país e é dentro dessa perspectiva que os discursos de ódio são construídos. Também nas políticas migratórias podem ser percebidos traços discriminatórios, que jogam os imigrantes como inferiores e que, portanto, não podem se mesclar com os norte-americanos – discurso racista utilizado em prol da expulsão de imigrantes.

Percebe-se que as condições econômicas que se estabelecem no México e nos Estados Unidos são desiguais, visto que o primeiro apresenta economia dependente de capital estrangeiro e problemas sociais como a grande desigualdade socioeconômica e a emigração (saída da população ativa) rumo à potência norte-americana. Já o segundo país se apresenta

como uma potência mundial, com uma imagem de nação cheia de oportunidades possíveis de gerarem a liberdade e o bem-estar que todos desejam. A imigração aparece como um dos elementos que demonstram essa desigualdade, trazendo tanto vantagens como desvantagens para ambos os países. E é este elemento que tem se tornado forte ponto de debate no cenário atual.

4.3 *A visão sobre os latino-americanos*

A visão sobre os latino-americanos é negativa para porção considerável dos norte-americanos. A ideia de que os latinos, e não só eles, mas também os imigrantes asiáticos e africanos são criminosos, trapaceiros, sujos e sujeitos de doenças que podem ameaçar a população branca dos Estados Unidos está calcada em uma base mais profunda do que o mero discurso de sobrecarga dos serviços públicos, da falta de emprego para a população nacional e vai muito além do discurso sobre a segurança nacional.

A definição da América anglo-saxã dependeu da existência do Outro inferior, que contrarie todos os valores ditos morais e racionais presentes na parte anglo-saxã da América (FERES JUNIOR, 2005). E esse Outro construído é exatamente a reunião de todos os países que compõem a América do Sul e a América Central em um único bloco homogêneo desprovido de capacidade de se identificar e caracterizar a si próprio, dado a esse bloco o nome de América Latina. É particularmente essa definição do Outro como diferente e inferior que eleva a nação dos Estados Unidos – aqui caracterizada especificamente a parte branca –, como superiores e detentores de valores supostamente desejados por todos.

O não reconhecimento da América Latina em sua pluralidade reduz a sua moral e o seu valor frente ao mundo, sendo que até os seus elementos culturais e formas de organização são interpretadas como elementos degenerados e, portanto, negativos. A ideia de atraso econômico e moral da América Latina justifica a intervenção e a implantação de modernos meios e estruturas norte-americanas que poderiam elevar os Latinos a um nível superior de desenvolvimento. Dentro desse aspecto, percebe-se que

“definir uma América americana, portanto, definir o oposto na América, a América Latina, tem sido um elemento importante das construções simbólicas do nacionalismo dos EUA e também um guia para a ação na arena internacional” (FERES JUNIOR, 2005, p. 93, tradução nossa).

A noção ideológica do conceito de América Latina como inferior aplica-se à realidade norte-americana quando traços racistas e xenofóbicos tomam conta da prática cotidiana. A exclusão, a situação de ilegalidade e trabalho quase escravo pelas quais passam os imigrantes

ilegais e a discriminação que não exclui nem mesmo aqueles que legalmente permanecem no país, demonstram que há sim a ideia do Outro inferior. A tendência ao aparecimento de práticas xenofóbicas ascendem principalmente em contextos de crises econômicas, como demonstra Karnal *et al* (2007) com a Crise de 1929 e a intensificação da exclusão e discriminação dos imigrantes mexicanos.

A ideia de superioridade da raça branca anglo-saxã que justifica o intervencionismo nos países latino-americanos também provoca preconceito contra os que não pertencem à sociedade norte-americana. Esse preconceito se disseminou nas mais diversas esferas da sociedade, criando uma distinção da condição social e econômica entre latinos e os norte-americanos – o núcleo branco, visto que os negros, asiáticos e outras etnias, mesmo que legalmente cidadãos não estavam imunes a atos discriminatórios. Portanto, é nesse cenário que é construída a visão sobre os latino-americanos e todas as prováveis degenerações que eles podem trazer para os Estados Unidos. Vale dizer, o discurso ultrapassa a barreira do visível, do econômico e do político, sendo mais uma forma de legitimar a superioridade dos Estados Unidos sobre os outros países.

4.4 *Mexicanos nos Estados Unidos da América*

Como já colocado nas seções anteriores, sabe-se que os Estados Unidos e o seu desenvolvimento econômico foi baseado em relações frutíferas com os imigrantes¹⁴ (KOSER, 2007). A chegada de imigrantes afeta bastante o setor da economia e produz grandes transformações, já que estes irão ocupar postos de trabalho e também gerarão renda para o país onde residem e para os locais de origem, o que define uma estrutura em rede de transferências de renda, sendo esses imigrantes legais ou ilegais.

Os indivíduos que decidem pela migração também levam em consideração a busca de uma maior renda ou mesmo de um emprego para sustentar as famílias que ficam e a si mesmos. Em contrapartida, sabe-se que um dos grandes temores em período de crises nos países que recebem os imigrantes é a ideia de que eles tomarão os postos de trabalho dos nativos. Esta afirmação pode não ser tão condizente com a raiz do temor, já que esses indivíduos que chegam aos países receptores ocupam, em grande maioria, postos de trabalho com baixo *status*, salários e que não são ocupados por nativos (KOSER, 2007).

¹⁴ Como mencionado no início desse trabalho, a palavra imigrante aqui é entendida como a entrada de estrangeiros no território americano.

Essa força de trabalho que não exige grandes salários e está disposta a realizar qualquer trabalho traz benefícios para a economia dos países que os recebem, mesmo que estes não queiram admitir abertamente. Isto se dá pelo fato de que a baixa dos preços de mão de obra torna mais concorrente os produtos dentro do mercado, pois é possível reduzir seus preços sem perder de vista o lucro marginal alcançado com o baixo valor da força de trabalho.

Neste sentido, é interessante o que coloca Payan (2006) com relação à hipocrisia de alguns consumidores e empregadores norte-americanos, que são contra a entrada e ocupação de postos de trabalho por imigrantes, mas que reclamam quando há aumento de preços nos mercados onde o imigrante aumenta a competitividade do produto. Isto porque estes não têm em vista que o que torna alguns produtos de consumo extremamente baratos é a mão de obra quase escrava dos imigrantes.

Portanto, é claro que a imigração pode trazer empecilhos, mas não se pode dizer com a mesma firmeza que imigrantes não trazem lucros e enriquecimento para os Estados Unidos, visto que estes também pagaram algumas taxas e irão consumir produtos dentro do país. Com relação a isto é interessante colocar o que Koser (2007) observa na crítica de alguns políticos e indivíduos norte-americanos sobre o efeito negativo que os imigrantes teriam sobre os serviços públicos e as finanças públicas, já que em teoria os imigrantes usariam dos serviços públicos sem o devido pagamento a estes, além de torná-los superlotados. Tendo isto em vista, percebe-se que os efeitos são mais positivos do que negativos, já que os imigrantes pagariam mais taxas do que o governo gastaria (KOSER, 2007). A partir do discorrido, não se pode afirmar com certeza que haveria uma sobrecarga dos serviços público pelo único e exclusivo motivo da imigração.

Por fim, cabe fazer uma observação sobre a importância das remessas efetuadas pelos imigrantes que residem nos EUA. Estas remessas são o dinheiro que os imigrantes conseguem trabalhando no país para o qual se mudaram e enviado para sua família que ficou na terra natal (KOSER, 2007). Este dinheiro é bastante importante, pois se torna fonte de renda para seus dependentes, que irão movimentar o mercado do país de origem e do país no qual se encontram. Portanto, os imigrantes movimentam tanto a economia do seu país de origem como a economia do país em que estão vivendo no momento.

5. Comparação entre o Governo Obama e o Governo Trump

5.1 *Como são vistos o ex-presidente e o atual presidente dos Estados Unidos? Uma perspectiva sobre a imagem e a postura dos dois recentes chefes do executivo norte-americano*

É muito importante observar a personalidade de um candidato à presidência e como este é percebido pela população para entender quais foram os elementos que, combinados, possibilitaram a sua eleição. No caso de Trump, este foi percebido como um candidato com uma imagem única e que surgiu como uma novidade, em que seus discursos sabiam instigar e atrair as emoções das pessoas (FITZDUFF, 2017).

Fitzduff (2017) também coloca que o atual presidente dos EUA foi auxiliado pelo seu poder de referência – pois já é conhecido na mídia e faz parte do mundo empresarial –, e pelo fato de ser carismático, audacioso, onde não leva em conta a opinião dos outros que não estão de acordo com o seu ideal e que pode deturpar deliberadamente alguns fatos a seu favor – as conhecidas *fake news* ou mentiras midiáticas. O que também é considerado pela autora é que um líder carismático não precisa ser inteligente, nobre ou original, mas sim que precisa fomentar na população um sentimento forte capaz de dar continuidade aos seus ideais.

Outro ponto interessante é o de que, ao observar a opinião de um conservador, este considera Trump decisivo, sem medo e sem remorso com relação a afrontar alguns grupos, pois para ele, o que destaca Trump é o fato de ele não temer fugir do politicamente correto, já que não parece ter como foco congregar a opinião favorável – ou pelo menos não ser odiado – da maior parte de grupos sociais.

Questão também que chama a atenção é a que Donald Trump usou das mídias sociais para se promover de forma personalista e centralizada, o que pode caracterizar uma liderança carismática. É interessante observar que o atual presidente, desde o início de seus comícios, foi caracterizado como um fenômeno midiático devido às suas declarações em redes sociais como o Twitter (BUTLER, 2017). Isto mostra que Trump utilizou das mídias sociais para promover seus ideais e agregar apoiadores.

Além da personalidade diferenciada de Trump – o que lhe rendeu o título de peculiar –, em sua campanha, o atual presidente fez grandes promessas e propostas que pareciam absurdas, mas que ainda assim atraíram muitos eleitores, principalmente de determinadas classe e etnias – como será visto na seção que trata sobre os eleitores de Trump. Assim, cabe

citar de forma sumarizada quais foram algumas das várias propostas que Trump, ao se candidatar, propôs para a nação norte-americana.

O primeiro bloco de promessas se relaciona com a imigração, que desde o início da campanha causou grande alvoroço na mídia e na população. Trump prometeu que, ao se eleger, iria realizar uma remoção em massa de imigrantes não autorizados, rescindiria o DACA (*Deferred Action for Childhood Arrivals* – Ação Diferida para Chegadas Infantis) – o que realmente fez –, e reduziria o fluxo de refugiados, aumentando a checagem de segurança nos postos de entrada de pessoas no país, também prometendo a redução da entrada de imigrantes de regiões “propensas ao terrorismo” – questão muito polêmica e que foi fruto de várias ações judiciais para impedir que a liberdade de ir e vir fosse impedida.

Além disso, outra proposta que chocou foi a de construir um muro em toda a fronteira dos Estados Unidos com o México, além de dizer que iria obrigar o México a pagar pelas despesas da construção. Claramente, tal promessa é difícil de ser cumprida com facilidade, já que a construção de um muro é extremamente complexa e não depende somente da vontade do presidente, mas também do Congresso e de outros fatores envolvidos.

Foram feitas várias promessas gerais relacionadas à economia, às relações internacionais e algumas políticas, como a proposta de renegociar acordos e tratados comerciais, que segundo Trump, só serviam para que outros países se aproveitassem da grandeza dos EUA; a promessa de trazer empregos na indústria; a redução de impostos; combater a corrupção; exterminar o Estado Islâmico e modificar drasticamente ou até mesmo acabar como o programa de redução de custos dos planos de saúde instituído por Obama, conhecido como “*Obamacare*”.

A partir da exposição de algumas das promessas de Donald Trump em sua campanha, é possível perceber que havia certo radicalismo em algumas delas e que o enfoque foi dado para temas que estimulavam o nacionalismo norte-americano, como o seu slogan *Make America Great Again* (termo em inglês para: fazer a América grande novamente), focando na ideia do verdadeiro americano.

Além disso, o apelo de Trump em sua campanha trouxe à tona temas que são enraizados na identidade nacional norte-americana, como a supremacia branca, a xenofobia e o patriarcado (KIEL, 2017). Alguns autores sugerem que o seu apelo teve uma postura anti-imigrante e que se voltou para as pessoas brancas (SAVAGE, 2017), e que fatores econômicos não foram os principais a motivar o voto no candidato republicano, mas sim o ressentimento racial (FITZDUFF, 2017). Já Ginsburg (2017), ao analisar o espectro de atração

do atual representante do executivo por meio de uma visão sociológica, coloca que o medo de que a cultura americana ceda às misturas de outras culturas e a decadência econômica pode ter provocado uma maior adesão à ideologia de Trump.

As diferenças entre a visão da população acerca de alguns aspectos e qualidades de Obama e de Trump diferem bastante. No que tange a algumas perspectivas sobre o ex-presidente Barack Obama, é possível listar alguns dados e observações que se referem à imagem e a capacidade daquele em seu cargo como chefe do executivo, tanto em uma perspectiva dada pelos nacionais como por outros países.

Um primeiro aspecto a ser observado é a alta popularidade e a visão positiva de Obama e dos EUA internacionalmente. Enquanto Barack Obama estava na presidência, a nação norte-americana era vista favoravelmente e se colocava como a principal potência econômica, ainda que comparada com a China. Como exemplo dessa afirmação, a visão favorável do país internacionalmente era percebida por 74% da amostra pesquisada na Polônia, 72% na Itália, 63% na França e na Holanda, 72% no Japão. As únicas nações que mostraram discrepância no nível de positividade foram a China, com 50% da população com visão favorável de Obama e dos EUA e 38% da população na Grécia (PEW RESEARCH CENTER, 2016).

Assim como a alta popularidade e percepção dos EUA como principal potência econômica em vários dos países pesquisados, a confiança de que Obama seria capaz de fazer a coisa certa independente dos assuntos mundiais também é bastante alta, com países como Suécia, Holanda, Alemanha, França, Austrália e Canadá, onde mais de 80% da amostra pesquisada tem confiança em Obama. Entretanto, esta alta confiança não é percebida da mesma forma na Grécia (41% possuem confiança) e na China (52% possuem confiança) (PEW RESEARCH CENTER, 2016). Interessante mencionar também que durante o mandato de Obama, o sentimento anti-americano na Rússia cresceu bastante, onde, em 2015, apenas 11% da amostra demonstrou ter confiança no presidente para lidar com os assuntos internacionais (PEW RESEARCH CENTER, 2015).

Ainda com relação à confiança em Obama, é importante ressaltar que 58% dos norte-americanos acreditavam que o presidente seria capaz de lidar com os assuntos mundiais, entretanto é importante colocar que essa confiança diverge bastante quanto à linha partidária dos pesquisados, onde 92% dos democratas possuem confiança em Obama comparado a 21% dos republicanos (PEW RESEARCH CENTER, 2016).

Já Trump não consegue se aproximar do nível de confiança de Obama, possuindo pouca confiança das amostras pesquisadas em todas as nações incluídas na pesquisa do *Pew Research Center* (2016), em que as porcentagens variaram de 3% na Grécia até 22% na China, em comparação com a confiança relativamente alta depositada em Hillary Clinton. É importante ressaltar, entretanto, que esta visão foi com base ainda no período das eleições.

Ao observar qual a percepção dos americanos – independente da linha partidária – sobre como Barack Obama lidava com alguns assuntos, percebe-se certo equilíbrio. Quanto à relação com a China, em 2015, 47% aprovavam a forma como o então presidente estava lidando e 42% desaprovavam. Já com relação à mudança climática, 47% aprovavam e 44% não aprovavam. Com relação aos problemas econômicos mundiais, 46% aprovavam e 48% desaprovavam como Obama estava lidando com a situação. Por fim, quanto ao ISIS e o terrorismo empreendido pelo grupo, a desaprovação (54%) foi consideravelmente maior que a aprovação (40%) (PEW RESEARCH CENTER, 2015).

Levando em consideração a qualidade de Obama como presidente, é interessante observar que ele é visto como o primeiro ou segundo melhor presidente de suas vidas para grande parte dos indivíduos pesquisados (44%). É claro que essa percepção está relacionada com a idade da amostra, onde quem possui idade entre 22 e 37 anos são bem mais prováveis de atribuir tal título a Obama do que aqueles que são mais velhos. A maioria dos democratas (71%) também dizia que Obama é o melhor ou o segundo melhor (PEW RESEARCH CENTER, 2018).

Ainda que o mandato de Donald Trump estivesse no início diante da data em que a pesquisa foi realizada, apenas 40% dos republicanos disseram que o chefe do executivo está nas duas primeiras posições de melhor presidente de suas vidas e apenas 19% da amostra pesquisada acredita que Trump tem condições de ocupar tal posição no *ranking* de melhor presidente (PEW RESEARCH CENTER, 2018).

Ao observar os traços de personalidade de Obama percebido pelos americanos, percebe-se que, em 2015, traços como liderança forte, comunicação, confiabilidade, capacidade de fazer as coisas, manter suas crenças e defendê-las e preocupação com as pessoas foram analisados. O que se observa dos dados coletados na pesquisa do Pew Research (2015) é que Obama é percebido como um líder forte por 49% da amostra (1.504 adultos), enquanto sua habilidade na comunicação e sua capacidade de manter e defender o que acredita ultrapassam a casa dos 60%. A confiabilidade passada por Obama também é percebida por 55% dos indivíduos pesquisados.

Portanto, o que se capta é que características que são, de fato, qualidades, são atribuídas a Obama por quase sempre a maioria da população – isso desconsiderando a divisão partidária entre democratas e republicanos, onde os republicanos têm uma visão bem menos otimista sobre as qualidades de Barack Obama. Apesar da percepção das qualidades de Obama pelos norte-americanos, no campo da segurança nacional e política internacional, a maioria (55%) ainda acredita que ele não foi duro o suficiente na política internacional e nos problemas com a segurança nacional. Esta percepção é mais acentuada entre os republicanos e adultos mais velhos. Apesar disso, em 2015, o presidente possuía 47% da aprovação nacional (PEW RESEARCH CENTER, 2015).

Por fim, ainda no tópico da visão da população sobre a Administração Obama, o item da economia tem uma percepção interessante, já que 38% concordaram que, desde sua eleição em 2018, Obama conseguiu melhorar a economia, enquanto 28% dizem que ele piorou e 30% acham que não houve nem melhora nem piora (PEW RESEARCH CENTER, 2015). A percepção da melhora da economia de quase 40% da população mostra que Obama produziu efeitos interessantes no setor da economia.

O uso das mídias sociais nas campanhas eleitorais também é um elemento importante ao se analisar a postura dos candidatos, pois elas têm ganhado relevância em vários países pelo mundo. Nos Estados Unidos, o quadro não se desenvolveu de forma diferente. O grande número de redes sociais, que permitem que diversas pessoas compartilhem simultaneamente ideias e posições políticas, justifica o uso pelos candidatos desses canais de comunicação como uma forma de se aproximar de seu possível público eleitor e também surge como uma maneira de disseminar ideias e programas partidários. Neste viés, nas eleições presidenciais de 2008 e 2016 nos EUA, as redes sociais estiveram presentes e tiveram o seu papel na atração do público votante.

O uso das redes sociais pelo candidato à presidência em 2008, Barack Obama, inseriu a política em um contexto de popularização através da disseminação de mensagens e postagens. As mídias sociais se tornaram tão importantes que desde então, o uso foi aperfeiçoado, a ponto de ser profissionalizado, com equipes formadas exclusivamente para lidar com a imagem dos candidatos dentro das redes sociais (ENLI, 2017). O uso formal e mais rígido no diálogo postado é característica do uso profissionalizado que, segundo a autora Gunn Enli, (2017) evita o diálogo direto e dual com os eleitores.

No entanto, o que se observou nas eleições de 2016 foi algo diferente do que já estava estabelecido. O uso das redes sociais pelo candidato republicano demonstrou-se como algo

muito mais personalista e próximo, com algumas postagens agressivas e até com tom jocoso. A imagem construída a partir das suas diversas postagens desconstruiu a imagem profissionalizada das postagens voltadas para a campanha. O perfil construído pelo atual presidente o vinculou a uma imagem autêntica, além da atração causada sobre seus eleitores por seu *status* de celebridade e de um *outsider* político. Gunn Enli (2017) aponta que esse amorismo se deu frente ao aparato profissional construído pelos outros candidatos, mas que tal aspecto não é necessariamente negativo, pois aliada a retórica e ao uso das mídias sociais e tradicionais foi construída um perfil autêntico e que atraiu muitos eleitores.

Mediante os dados e informações trazidas durante esta seção, percebe-se que a imagem e personalidade de Trump e Obama são percebidas de formas diferentes pelos eleitores. As eleições presidenciais se inseriram em um cenário de agitação e polarização política, ganhando grande espaço midiático com quantidades que atraíram a atenção dos eleitores pelos seus posicionamentos divergentes. Donald Trump trouxe da campanha para o seu governo a manutenção do discurso mais rígido quanto ao controle da imigração, revogando o DACA (*Deferred Action for Childhood Arrivals* – Ação Diferida para Chegadas Infantis). A sua postura causa certa desconfiança na população que, como demonstrado durante a seção, não consegue aprovar altamente o seu trabalho como chefe do executivo.

Já ao observar Obama frente às características expostas e que pertencem à Trump, percebe-se que seu discurso era mais moderado, até mesmo como consequência de fazer parte da ala democrata da política americana. A sua taxa de aprovação e imagem internacionalmente também eram compreendidas de modo mais positivo. Uma convergência entre os dois presidentes, no entanto, foi o uso das redes sociais como forma de disseminar suas propostas e ações, mesmo que esse uso tenha se dado em intensidade diferente. Enfim, observa-se que a postura e imagem construída pelos dois presidentes são divergentes e que isso acabou por refletir no perfil dos eleitores que os elegeram e nas políticas adotadas durante o mandato.

5.2 *Quem votou em Obama e Trump? – um perfil dos eleitores*

Antes de efetivamente comparar as características do eleitorado – quanto ao gênero, renda, idade, raça, religião, educação e questões mais importantes –, é relevante mencionar quantos votos efetivamente cada candidato vencedor recebeu nas eleições em que concorreu. Neste viés, a partir do relatório publicado pela Comissão Eleitoral Federal, é possível perceber a diferença de votos recebidos pelos candidatos e quantas pessoas efetivamente votaram.

Quanto aos dados das eleições de 2008, Obama recebeu 52,93% dos votos, um total de 69.498.516 votos de uma população de 225.499.00 indivíduos aptos a votar, sendo que desta somente 131.313.820 pessoas votaram. Nessa eleição, John McCain, candidato republicano, recebeu 45,65% dos votos – um total de 59.488.323. Pelo colégio eleitoral, Barack Obama venceu e se tornou o chefe do executivo.

O que se observa sobre os dados do total de votos recebidos nas eleições para presidente em 2016 já é algo diferente do que foi observado nas eleições anteriores, pois o candidato vencedor não conquistou a maioria dos votos da população, mas venceu no colégio eleitoral e se tornou chefe do executivo. Isso também aconteceu nas eleições de 2000, em que George W. Bush venceu não pelo apoio da maioria dos eleitores, mas sim pela maioria no colégio eleitoral.

Essa situação, apesar de não ser a primeira vez que acontece, foi muito interessante, pois Donald Trump foi eleito pela minoria e só conseguiu alcançar o cargo de presidente por causa de um colégio eleitoral retrógrado (BUTLER, 2017). Além disso, a forma como utilizou das mídias sociais leva a crer que, cada vez mais, a concorrência para a presidência vem se tornando um fenômeno midiático (BUTLER, 2017). Quanto aos votos, Trump recebeu 46,09% dos votos – um total de 62.984.828 eleitores –, enquanto Hillary Clinton recebeu 48,18% dos votos (65.853.514 indivíduos a apoiaram). O total de votos contabilizados na eleição foram 136.669.276, enquanto que a população apta a votar encontrava-se na casa dos 245 milhões de indivíduos – um total de 245.502.000 eleitores.

5.3 *Os eleitores de Obama na eleição de 2008*

O perfil dos eleitores que escolhem o chefe do poder executivo é de extrema importância para entender os possíveis caminhos a serem tomados frente às políticas públicas da administração vencedora. Dessa forma, visualizar e analisar as características da parcela votante é de extrema importância, pois a atuação do presidente, por vezes reflete os anseios dos seus eleitores, não podendo essa afirmativa, entretanto, ser generalizada, dado que a posição política e a satisfação com as medidas tomadas a partir das decisões adotadas pelo presidente podem variar conforme o cenário político. Neste viés, será abordado nessa seção o perfil dos eleitores, sendo os dados retirados de pesquisas de opinião feitas por centros de pesquisa especializados, utilizando-se de recortes dos candidatos de interesse neste trabalho.

Primeiramente, deve-se fazer o recorte temporal, das variáveis e dos candidatos. Quanto ao primeiro aspecto, serão tidas como objeto de análise as eleições norte-americanas

de 2008 e 2016, com Obama e Trump como candidatos, aquele, vencedor das eleições de 2008, e este como vencedor das eleições para presidência de 2016. Com relação às variáveis, serão demonstradas as parcelas referentes ao gênero, à idade, à renda, à identificação racial e religiosa, ao nível educacional e uma demonstração das questões mais importantes para os eleitores de cada candidato. Todas as amostras e parcelas foram selecionadas a partir de pesquisas de opinião¹⁵.

Ao analisar os eleitores de Obama em 2008 quanto ao gênero, verifica-se que em uma amostra de 17.773 indivíduos, sendo 53 % deles mulheres e 47% homens, a parcela de eleitoras que escolheram como candidato o democrata Obama representava 56% das mulheres da amostra, enquanto que o número para os eleitores era de 49%.

A variável renda familiar também é um aspecto relevante quando se avalia o perfil dos eleitores, visto que cada classe tem como prioridade elementos diferentes. Em 2008, a renda familiar total adquirida em 2007 foi distribuída da seguinte maneira: em uma amostra de 15.992 eleitores, 38% recebiam abaixo de 50.000 dólares anualmente e 62% recebiam 50.000 dólares ou mais por ano. Dessas parcelas, Obama tinha o suporte de 60% das famílias que recebiam abaixo de 50.000 dólares, enquanto 49% da categoria restante apoiava o Democrata.

A identificação racial demonstra que a maioria esmagadora da parcela negra votante escolheu Obama como presidente. Tal fato demonstra a esperança de uma melhor resolução das questões raciais nos Estados Unidos (DIMOCK, 2017), além de uma representação melhor ao escolher um presidente negro. No que tange a parcela branca de eleitores, o cenário já é um pouco diferente, visto que a porcentagem que votou no candidato democrata ficou abaixo dos 50%. Vale destacar também que a porcentagem votante de hispânicos/latinos que apoiaram Obama em sua vitória ultrapassa a maioria.

Tabela 1 – Porcentagem dos eleitores que votaram em Obama conforme identificação racial (2008)

Raça	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Obama (%) ²
Branca	74	43
Negra	13	95
Hispânica/Latina	9	67
<i>Continua</i>		

¹⁵ Os dados aqui representados são uma interpretação dos disponíveis no site *Fox News* (<http://www.foxnews.com/politics/elections/2014/exit-polls?year=2008&type=president&filter=US>) e (<http://www.foxnews.com/politics/elections/2014/exit-polls?year=2012&type=president&filter=US>), adquiridos do centro de pesquisa norte-americano *Edison Research Center* (<http://www.edisonresearch.com/election-polling>).

Continuação

Raça	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Obama (%) ²
Asiática	2	62
Outra	3	66

Fonte: Adaptado dos dados retirados do site da Fox News (2008).

* Os dados foram elaborados a partir de uma amostra de 17.515 pessoas selecionadas pelo centro de pesquisa *Edison Research*.

¹ O total de eleitores representa a parcela da amostra que se identifica com cada classificação racial.

² A porcentagem representada é relativa a parcela disposta na coluna total de eleitores.

Ao analisar o nível educacional dos eleitores nas eleições para a presidência em 2008, percebe-se que da parcela de eleitores que não completou o ensino médio, tem o ensino médio completo ou possui nível técnico, Obama atingiu a maioria de votos. Porém, o quadro diverge no que se refere aos graduados ou àqueles que possuem alguma pós-graduação, sendo que nessas duas categorias, não foi atingida a maioria de votos. Portanto, indivíduos com grau mais elevado de educação deram menor apoio ao candidato democrata do que o observado nos graus mais baixos.

Tabela 2 – Porcentagem dos eleitores que votaram em Obama de acordo com o nível educacional (2008)

Nível educacional	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Obama (%) ²
Não completou o Ensino Médio	4	63
Ensino médio completo	18	51
<i>Some College or associate Degree</i> ³	32	51
<i>College graduate</i> ⁴	32	44
Pós-graduação	18	37

Fonte: Adaptado dos dados retirados do site da Fox News (2008).

* Os dados foram elaborados a partir de uma amostra de 17.579 pessoas selecionadas pelo centro de pesquisa *Edison Research*.

¹ O total de eleitores representa a parcela da amostra que se identifica com cada nível educacional.

² A porcentagem representada é relativa a parcela disposta na coluna total de eleitores.

³ O termo pode ser interpretado também como alguma espécie de nível técnico ou especialização que não chega a ser considerado um bacharelado, portanto, preferiu-se deixar o termo em inglês.

⁴ O termo também pode ser entendido como uma diplomação em algum curso de nível superior.

A religião também serve como categoria de distinção entre os eleitores do candidato presidencial nas eleições de 2008 pelos democratas. Percebe-se que, a partir dos dados da tabela 5, Barack Obama atingiu maioria entre os católicos, judeus, entre aqueles que optaram por outra religião ou não se identificam com alguma delas. Entre os protestantes/outras cristãos, o ex-presidente foi apoiado por 45 % da parcela de 54% eleitores.

Tabela 3 – Porcentagem de eleitores segundo identificação religiosa que votaram em Obama (2008).

Religião	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Obama (%) ²
Protestante/outro cristão	54	45
Católico	27	54
Judeu	2	78
Outra religião	6	73
Nenhuma	12	75

Fonte: Adaptado dos dados retirados do site da Fox News (2008).

* Os dados foram elaborados a partir de uma amostra de 4.103 pessoas selecionadas pelo centro de pesquisa *Edison Research*.

¹ O total de eleitores representa a parcela da amostra que se identifica segundo cada religião.

² A porcentagem representada é relativa a parcela disposta na coluna total de eleitores.

Entrando em um tópico de grande importância, os dados retratam a seleção de tópicos que mais interessam aos eleitores de Obama. Eles refletem o contexto da época e os interesses da população. A economia ocupa a preocupação da maior parte dos eleitores, 63%, enquanto que a política energética ocupa somente 7% da mente dos indivíduos entrevistados. Entre a parcela que enxergava a economia como prioridade, 53% votou em Obama. Quanto à Guerra no Iraque, saúde e política energética, a maioria apoiou Obama. No entanto, no que se refere ao terrorismo, somente 13% de eleitores do total de 9% de entrevistados que votaram em Obama consideraram o tema relevante. Tais dados são relativos ao ano de 2008.

Tabela 4 – Porcentagem de eleitores que votaram em Obama e que elencam qual a questão mais importante que o país está enfrentando (2008)

Questão	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Obama (%) ²
Política energética	7	50
A Guerra do Iraque	10	59
A Economia	63	53
Terrorismo	9	13
Saúde	9	73

Fonte: Adaptado dos dados retirados do site da Fox News (2008).

* Os dados foram elaborados a partir de uma amostra de 8.585 pessoas selecionadas pelo centro de pesquisa *Edison Research*.

¹ O total de eleitores representa a parcela da amostra que seleciona qual a questão mais importante para ela.

² A porcentagem representada é relativa a parcela disposta na coluna total de eleitores.

Ao analisar os grupos de eleitores por faixa etária na amostra pesquisada em 2008, percebe-se que o então presidente Obama conseguiu maioria de votos entre os eleitores que possuíam entre 18 e 44 anos, conseguindo metade do apoio dos eleitores que se situavam na faixa etária que vai de 45 anos de idade até 64 anos. Já com relação àqueles com mais de 65 anos, o apoio foi um pouco abaixo da metade, como pode ser observado na tabela abaixo.

Uma informação importante relacionada à faixa etária é que nas eleições de 2008, Obama utilizou de diversas plataformas e mídias digitais para alcançar o foco de sua campanha, a saber, os eleitores mais jovens¹⁶. Isto parece ter influenciado de alguma maneira, visto que nas eleições de 2008, 66% dos eleitores entre 18 a 29 anos votaram em Obama.

Tabela 5 - Porcentagem de eleitores segundo faixa etária que votaram em Obama (2008).

Faixa etária	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Obama (%) ²
18 - 29 anos	18	66
30 - 44 anos	29	52
45 - 64 anos	37	50
65 anos ou mais	16	45

Fonte: Adaptado dos dados retirados do site da Fox News (2008).

* Os dados foram elaborados a partir de uma amostra de 17.696 pessoas selecionadas pelo centro de pesquisa Edison Research.

¹ O total de eleitores representa a parcela da amostra que se encaixa em cada faixa etária.

² A porcentagem representada é relativa a parcela disposta na coluna total de eleitores.

5.4 *Quem votou em Trump nas eleições de 2016?*

Seguindo a mesma linha de análise de dados da seção anterior no que tange ao perfil dos eleitores, nesta seção pretende-se observar os dados obtidos em pesquisa de opinião feita no período das eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos¹⁷. É relevante identificar as características dos eleitores do candidato vencedor, Donald Trump, já que é a partir dessas características que se pode traçar a compatibilidade entre as propostas lançadas pelo candidato e o público que o apoiou. Neste sentido, as variáveis a serem analisadas são o gênero, a idade, a renda, a identificação racial e religiosa, o nível educacional e as questões mais importantes para os eleitores de cada candidato.

Sobre a variável gênero, percebe-se que em uma amostra de 24.503 indivíduos, sendo 47% deles homens e 53% mulheres, Trump atinge a maioria de votos entre os homens (52%) e um pouco menos que 50% dos votos entre as mulheres (41%). Nesse sentido, apesar de equilibrada a distribuição de votos recebidos por Donald Trump entre as parcelas feminina e masculina do eleitorado, o que se visualiza é que entre homens e mulheres, o apoio dado ao

¹⁶Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/01/11/interna_mundo,564381/as-8-principais-diferencas-entre-trump-e-obama.shtml.

¹⁷Os dados aqui representados são uma interpretação dos disponíveis no site Fox News (<http://www.foxnews.com/politics/elections/2016/exit-polls>), adquiridos do centro de pesquisa norte-americano Edison Research Center (<http://www.edisonresearch.com/election-polling>).

vencedor das eleições para a presidência dos Estados Unidos em 2016 foi majoritariamente masculino.

A variável renda familiar é baseada no ano de 2015 e divide a amostra em dois grupos: o primeiro enquadra as famílias que receberam menos de 50.000 dólares em um ano e o segundo seleciona aquelas famílias que receberam 50.000 dólares ou mais no ano de 2015. 9.087 indivíduos fizeram parte do grupo pesquisado e entre eles, 36% receberam menos que 50.000 dólares em 2015, enquanto 64% receberam o valor ou mais que este. Na parcela que votou em Trump, 41% faziam parte do primeiro grupo, enquanto 48% faziam parte do segundo. Mediante tais dados, é possível notar que em nenhum dos grupos Donald Trump ultrapassou a metade da parcela. Entretanto, frente a também candidata Hillary Clinton, o agora presidente dos EUA ultrapassou Clinton em 1% no segundo grupo e ficou atrás por 12 pontos percentuais da candidata democrata – esta adquiriu apoio de 53% da parcela pesquisada dentro do grupo daqueles que ganhavam menos de 50.000 dólares.

Ao abordar a identificação racial dos eleitores, pode-se observar a partir da tabela abaixo que Donald Trump atingiu a maioria dos eleitores que se identificaram como brancos, sendo que todos os outros grupos demonstrados não atingiram nem 40% da parcela. Entre as classificações, percebe-se também que dentre aqueles que se identificaram como negros somente 8% escolheram apoiar Trump. Isso diverge do observado nas eleições em que Obama saiu vencedor, este com forte apoio entre os negros.

Tabela 6 – Porcentagem dos eleitores que votaram em Trump conforme identificação racial (2016)

Raça	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Trump (%) ²
Branca	71	57
Negra	12	8
Hispanica/Latina	11	28
Asiática	4	27
Outra	3	36

Fonte: Adaptado dos dados retirados do site da Fox News (2016).

* Os dados foram elaborados a partir de uma amostra de 24.214 pessoas selecionadas pelo centro de pesquisa Edison Research.

¹ O total de eleitores representa a parcela da amostra que se identifica com cada classificação racial.

² A porcentagem representada é relativa a parcela disposta na coluna total de eleitores.

O nível educacional é dividido em quatro categorias, sendo estas o ensino médio ou menos, o nível técnico, a graduação e a pós-graduação, e serve para demonstrar qual o perfil educacional provável dos eleitores de Trump. Diante dos dados apresentados abaixo, observa-se que entre os eleitores com níveis básicos e com o nível relativo a uma espécie de curso

técnico (tradução livre), o candidato atingiu a maioria do suporte para sua eleição. Diferencia-se, no entanto, do cenário de votos recebidos entre os graduados e pós-graduados. Entre aqueles, 44% dos eleitores apoiaram Trump, entre estes, um número menor foi observado (37%). Enfim, o apoio entre os indivíduos com nível mais elevado de graduação não foi dado em sua maioria ao candidato vencedor.

Tabela 7 – Porcentagem dos eleitores que votaram em Trump de acordo com o nível educacional (2016)

Nível educacional	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Trump (%) ²
Ensino médio ou menos	18	51
<i>Some College or associate degree</i> ³	32	51
<i>College graduate</i> ⁴	32	44
Pós-graduação	18	37

Fonte: Adaptado dos dados retirados do site da Fox News (2016).

* Os dados foram elaborados a partir de uma amostra de 24.472 pessoas selecionadas pelo centro de pesquisa Edison Research.

¹ O total de eleitores representa a parcela da amostra que se identifica com cada nível educacional.

² A porcentagem representada é relativa a parcela disposta na coluna total de eleitores.

³ O termo pode ser interpretado também como alguma espécie de nível técnico ou especialização que não chega a ser considerado um bacharelado, portanto, preferiu-se deixar o termo em inglês.

⁴ O termo também pode ser entendido como uma diplomação em algum curso de nível superior.

Assim como demonstrado na seção anterior, em que se traça o perfil religioso dos votantes, aqui a variável é dividida em mais categorias e é a partir delas que se demonstram números relativos aos eleitores de Trump. O agora presidente dos Estados Unidos atingiu ou ultrapassou a maioria dos votos entre os protestantes, os mórmons, outros cristãos e entre os católicos. Já em lado oposto, o apoio dado pelos judeus, pelos indivíduos que se identificaram com outra categoria religiosa ou nenhuma e pelos mulçumanos ficou muito abaixo de 50%. Percebe-se que há uma distribuição equilibrada de quantidade de categorias que ultrapassaram a maioria (50%) e aquelas que ficaram abaixo dela, porém, entre os protestantes, católicos e outros cristãos, categorias com maior número de eleitores no total, o apoio foi bem maior.

Tabela 8 – Porcentagem de eleitores segundo identificação religiosa que votaram em Trump (2016).

Religião	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Trump (%) ²
Protestante	27	59
Católico	23	50
Mormon	1	56
Outro Cristão	24	54
<i>Continua</i>		

Continuação

Religião	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Trump (%) ²
Judeu	3	23
Mulçumano	1	--
Outra	7	32
Nenhuma	15	25

Fonte: Adaptado dos dados retirados do site da Fox News (2016).

* Os dados foram elaborados a partir de uma amostra de 8.254 pessoas selecionadas pelo centro de pesquisa Edison Research.

¹ O total de eleitores representa a parcela da amostra que se identifica segundo cada religião.

² A porcentagem representada é relativa a parcela disposta na coluna total de eleitores.

Outra análise importante a se fazer no que tange ao eleitorado de Donald Trump é sobre as questões indicadas como cruciais. As categorias refletem o discurso e os temas mais abordados e acabam por indicar com certa precisão o interesse daqueles que elegeram o atual presidente. As categorias de peso de acordo com a pesquisa são sobre a imigração e o terrorismo. Aquela categoria atingiu a ideia de 64% dos eleitores de Trump, e esta, 57%. Apesar disso, a economia continuou sendo o tópico de maior relevância para os eleitores, independente de terem votado ou não no candidato em questão. O apoio dado a este tema não ficou muito abaixo de 50%, atingindo 41%. É possível concluir que a economia ainda é o foco da maioria dos eleitores, mas que dentro das outras questões, Trump teve apoio do eleitorado, principalmente no que tange à imigração, tema polemicamente apresentado por Donald Trump.

Tabela 9 – Porcentagem de eleitores que votaram em Trump e que elencam qual a questão mais importante que o país está enfrentando (2016)

Questão	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Trump (%) ²
Política externa	13	33
Imigração	13	64
A Economia	52	41
Terrorismo	18	57

Fonte: Adaptado dos dados retirados do site da Fox News (2016).

* Os dados foram elaborados a partir de uma amostra de 9.682 pessoas selecionadas pelo centro de pesquisa Edison Research.

¹ O total de eleitores representa a parcela da amostra que seleciona qual a questão mais importante para ela.

² A porcentagem representada é relativa a parcela disposta na coluna total de eleitores.

Nas eleições de 2016, ao analisar a faixa etária dos indivíduos que votaram em Trump, percebe-se que os grupos com 45 anos ou mais votaram, em sua maioria, para eleger Trump à

presidência dos Estados Unidos. Já dentre os eleitores mais jovens que se enquadram na faixa etária que vai de 18 anos até 29 anos, são poucos os que votaram em Trump (36%).

Já com relação aos indivíduos com idade entre 20 e 44 anos, não foi a maioria que votou no atual presidente dos Estados Unidos, mas dentre os pesquisados com essa idade, aqueles que votaram em Trump totalizam 41%. Portanto, a partir dos dados apresentados na tabela a seguir, pode-se concluir que o apoio dos jovens foi relativamente baixo enquanto o apoio daqueles que possuem 45 anos ou mais foi mediano.

Tabela 10 - porcentagem de eleitores segundo faixa etária que votaram em Trump (2016).

Faixa etária	Total dos eleitores (%) ¹	Eleitores que votaram em Trump (%) ²
18 - 29 anos	19	36
30 - 44 anos	25	41
45 - 64 anos	40	52
65 anos ou mais	16	52

Fonte: Adaptado dos dados retirados do site da Fox News (2016).

* Os dados foram elaborados a partir de uma amostra de 24.386 pessoas selecionadas pelo centro de pesquisa *Edison Research*.

¹ O total de eleitores representa a parcela da amostra que se encaixa em cada faixa etária.

² A porcentagem representada é relativa a parcela disposta na coluna total de eleitores.

Para complementar e trazer outros dados, a partir de autores pesquisados, percebe-se que há a visão de que os brancos são mais propensos a apoiar Trump devido à hostilidade em relação a grupos minoritários e devido à ideia de identidade racial branca. Além disso, a ideia de que brancos não conseguem emprego porque os empregadores estão contratando minorias afeta a percepção daqueles que se sentem ameaçados, o que já é um fator preponderante para apoiar Trump¹⁸.

O que se constata também, dentro da literatura pesquisada, é que a maioria dos eleitores eram brancos de classe média e alta e parcelas das classes trabalhadoras e rurais (SMITH, 2017), levando-se a crer que além da ideia de identidade racial branca, fatores econômicos podem ser considerados como elementos válidos para o apoio ao Trump, já que este, em seus comícios conquistou os votos da classe trabalhadora branca através de promessas de renegociar acordos comerciais e trazer de volta trabalho na indústria (WALLEY, 2017).

Diante dos dados abordados e das análises trazidas, o que se mostra, basicamente, é que os defensores de Trump eram homens, brancos e cristãos. Ademais, Trump parece ter

¹⁸ TESLER, Michael, 2016.

apelado fortemente para brancos que temem imigrantes, visto que daqueles que apoiavam Trump, a maioria concordava que os imigrantes ameaçavam a cultura e a identidade nacional norte-americana (FITZDUFF, 2017). Essa ansiedade cultural (GREEN, 2017) de uma mudança que retirasse o indivíduo de sua identidade e o transportasse para um lugar quase que irreconhecível motivou também o voto de alguns eleitores que enxergavam em Trump uma forma de reverter tais mudanças.

Outro ponto de vista acerca dos motivos que levaram os eleitores a votar em Trump é o da falta de candidatos. A oposição ao outro candidato que concorria às eleições junto ao atual chefe do executivo foi um fator considerado pelos eleitores na hora de votar. A afirmação de que Donald Trump não é a Hillary Clinton foi apoiada por 33% dos votantes de Trump, enquanto 27% diziam que ele não fazia parte do mundo da política, 26% defendiam sua posição política, 10% defendiam sua posição econômica, 8% defendiam a ideia de imigração, 19% gostavam de sua personalidade, 10% consideravam-no positivamente por ele defender o povo americano e seus valores e 4% dos que votaram nele levaram em conta que ele era republicano¹⁹.

Quanto ao motivo de se apoiar o candidato, as visões sobre terrorismo, economia, imigração e habilidade de liderança foram levadas em consideração na hora de votar em Trump ao invés de Hillary Clinton²⁰.

Em uma pesquisa realizada no mês de fevereiro de 2017 pelo *Pew Research Center*, 56% da amostra pesquisada não aprovava o jeito que Trump lidava com o seu trabalho como presidente, enquanto 39% aprovavam. Em uma pesquisa no mês de fevereiro de 2009, 64% aprovavam como Obama estava agindo em seu trabalho na presidência, enquanto 17% reprovavam²¹.

Com relação às prioridades que os hispânicos percebem para a administração de Trump, apesar da visibilidade dada ao assunto durante a campanha presidencial, os hispânicos não classificam o tema da imigração como o mais importante dentre cinco prioridades citadas nas pesquisas. Em primeiro lugar como prioridade máxima para este grupo está a educação, seguida da defesa nacional contra ataques terroristas. Em terceiro lugar está a prioridade do fortalecimento da economia e, em quarto a redução dos custos da saúde²².

¹⁹ PEW RESEARCH CENTER. In Their Own Words: Why Voters Support – and Have Concerns About – Clinton and Trump. 2016.

²⁰ Ibidem.

²¹ A pesquisa foi conduzida em fevereiro com uma amostra de 1503 adultos. PEW RESEARCH CENTER. In First Month, Views of Trump Are Already Strongly Felt, Deeply Polarized. 2017.

²² PEW RESEARCH CENTER. Latinos and the New Trump Administration. 2017.

Mediante o apresentado, é possível observar em que categorias e perfis os eleitores de Donald Trump estão localizados. Tais dados são significativos quando se leva em conta que as características próprias dos eleitores podem indicar quem são os indivíduos que se demonstram favoráveis aos discursos e propostas dadas pelo candidato na época das eleições. Como a imigração é o foco do estudo, percebe-se que os dados são relevantes para compreender quais são os aspectos típicos de eleitores que apoiaram as declarações e programas de governo de Trump para a questão.

5.5 A estratégia de segurança nacional para Trump e Obama

A política de cada administração é construída e baseada em valores e prioridades diferentes, de acordo com a posição adotada por cada presidente e por sua posição mais democrática ou republicana, lembrando que há um *continuum* entre posições mais liberais e mais conservadoras que podem ser adotadas pelo chefe do executivo. Nesse sentido, a intenção desta seção é analisar a estratégia de segurança nacional proposta pelo governo Obama em seu governo de 2008 e aquela proposta pela administração de Donald Trump, que assume a Casa Branca em 2016.

O Relatório da Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy Report*, em inglês) é disponibilizado pelo Executivo e traz os objetivos e as intenções sobre a articulação de diversos fatores como, por exemplo, política de cooperação internacional e segurança interna e externa, todos em prol de melhor definir e mobilizar recursos e estratégias para a segurança nacional. Esse relatório é elaborado a partir de várias reuniões entre membros da administração e entregue ao Congresso para que os parlamentares fiquem cientes da posição do presidente, sendo de extrema importância, já que demonstra as intenções e prováveis atitudes do chefe do executivo quanto às questões de política externa. O documento, portanto, é um planejamento de médio e longo prazo sobre os objetivos e interesses nacionais e externos que afetam a segurança dos Estados Unidos²³.

Quando se analisam as duas estratégias publicadas pela administração de Obama, a primeira em maio de 2010 e a segunda em fevereiro de 2015, percebe-se que ambas são muito similares no que tange aos interesses nacionais, à mobilização quanto ao terrorismo e ao combate a proliferação de armas nucleares. O primeiro relatório publicado em 2010 tem seus objetivos pautados no retorno a uma economia competitiva e no combate ao terrorismo. Tais

²³ O conceito e a explicação sobre o que é o relatório de segurança nacional pode ser consultado também no seguinte site: <http://nssarchive.us/national-security-strategy-reports-overview/>

objetivos podem ser entendidos como resultado de todo um contexto que envolve a preocupação com possíveis ataques como o de 11 de setembro de 2001, em que quatro aviões foram sequestrados por terroristas, sendo dois deles lançados contra as Torres Gêmeas, matando milhares de pessoas, este coordenado pela rede terrorista Al-Qaeda, e também pela crise econômica de 2008, que resultou das sucessivas falências de instituições financeiras a partir do calote dado por aqueles que adquiriram empréstimos para a compra de imóveis.

O combate ao terrorismo, ao extremismo, à proliferação de armas nucleares, ao aumento de grupos armados, a criação de um sistema em que a economia possa se tornar forte e equilibrada e o fortalecimento de instituições internacionais para cuidar das mudanças climáticas aparecem como foco da Administração Obama tanto no seu primeiro mandato como no segundo. A construção de uma rede global que fortaleça os interesses nacionais dos Estados Unidos e promova um maior desenvolvimento para os seus países parceiros é outro elemento relevante e demonstra a importância de criar laços em um mundo globalizado, sendo a diplomacia o principal e o primeiro instrumento para a resolução de possíveis conflitos.

A segurança nacional é também um aspecto que coordena a elaboração do relatório e nela estão situadas a segurança cibernética, a defesa contra grupos terroristas e organizações criminais, desastres naturais e a segurança e controle de fronteiras. A imigração, portanto, encontra-se situada na categoria de segurança nacional e todos os seus esforços são voltados para evitar a entrada de imigrantes ilegais que possam criar problemas para a população. No entanto, apesar de ser mencionada no relatório, a imigração não é elemento central nos objetivos, diferente do que se observa no relatório publicado pelo governo Trump, que será mencionado mais a frente.

Os relatórios da Estratégia de Segurança Nacional publicados nos dois governos Obama são organizados a partir de interesses nacionais, a saber, segurança, prosperidade, valores e ordem internacional. O primeiro interesse, a segurança, foca como categorias prioritárias o combate ao terrorismo e aos ataques cibernéticos, além da prevenção e rápida atuação contra pandemias e catástrofes naturais. Neste mesmo viés, o uso da força militar também está presente, devendo ser preservada, porém nunca deve ser usada como primeira opção para a resolução de interesses divergentes, já que a diplomacia deverá ser a responsável por isso. A segurança nuclear é outro tópico relevante, pois há um objetivo de diminuir o uso de armas nucleares e evitar a explosão de um conflito – posição observada principalmente quando o Irã e a Coreia do Norte são mencionados como alvo de atuação dos Estados Unidos.

Quanto à prosperidade, temas como crescimento econômico equilibrado, evitando uma nova crise como a de 2008, educação de qualidade, uso diferenciado de energia que reduza a dependência de combustíveis fósseis, um sistema de saúde de qualidade que possa ser suportado economicamente pela população e a gestão responsável do orçamento federal são expostos como principais linhas de atuação.

A reforma do sistema de imigração, inclusive, é apresentada como item central para a prosperidade do país. No relatório, há o reconhecimento da importância dos imigrantes para o país, o que retorna brevemente o já abordado nesse trabalho quando é identificado o papel central dos imigrantes na agricultura, na área de serviços e nas indústrias, alavancando o crescimento econômico dos EUA durante o século XIX e XX. A reforma do sistema migratório estaria voltada para o estabelecimento de um sistema de vistos que favorecesse a entrada de imigrantes capacitados e para um maior controle das fronteiras. Portanto, o relatório estabelece que o foco deve ser no equilíbrio entre segurança e abertura das fronteiras. Visualiza-se assim uma posição mais amena quanto à imigração que a abordada no relatório do governo Trump.

O terceiro interesse apresenta valores como democracia, direitos humanos, tolerância e igualdade. Já o quarto interesse inclui a posição quanto à cooperação internacional. Neste, o foco está no fortalecimento de acordos bilaterais e cooperações multilaterais. Parcerias com o Canadá e com o México, principalmente com este, para que políticas de combate às organizações criminosas e de prevenção à imigração ilegal sejam elaboradas em conjunto; além de parcerias com a China, Índia e países latino-americanos para o desenvolvimento econômico das nações. A imigração também se torna alvo de cooperação internacional quando no relatório publicado em 2015, menciona-se a importância de se estabelecer colaborações com a Guatemala, El Salvador e Honduras para fortalecer as instituições do governo de cada país para que as imigrações de crianças desacompanhadas possam ser mitigadas.

Por outro lado, ao se analisar o Relatório da Estratégia de Segurança Nacional do governo Trump, publicado em dezembro de 2017, percebe-se uma postura muito mais agressiva, voltada para dentro do país e que corresponde, de certa forma, à postura adotada durante a campanha e seus discursos inflamados sobre a imigração, o terrorismo e o crescimento econômico. Mais sucinto que o relatório do presidente anterior, a estratégia da administração Trump, assim como Obama, traz a questão das armas nucleares, dos grupos terroristas, do tráfico de drogas e humano e também da cooperação internacional. No entanto,

nesse último ponto, objetiva-se rever alguns acordos e formar novas alianças mais favoráveis aos Estados Unidos.

A maior radicalização presente no relatório afeta tanto o tema da imigração, quanto dos acordos feitos anteriormente. Nesse sentido, o relatório aborda a influência negativa que a China, a Rússia, o Irã e a Coreia do norte exercem para a segurança dos Estados Unidos. Os dois primeiros países, segundo o documento, minam o poder americano e a sua influência, demonstrando grande preocupação com a possível perda da hegemonia americana.

Já as duas últimas nações são responsáveis por criar uma série de instabilidades na região, que consequentemente geram um impacto direto na economia e na segurança norte-americana. Esse elemento pode ser contraposto com o apresentado no relatório do governo Obama, já que neste, há uma clara intenção de fortalecimento e criação de novos acordos que possam beneficiar ambas as partes, o que difere do documento publicado em 2017 – expõe que a ideia de incluir países com mentalidade e valores diferentes na dinâmica internacional não significa que eles se tornarão benignos e parceiros.

O relatório da administração Trump está dividido a partir de quatro pilares que direcionam o planejamento e os objetivos. Esses objetivos servem também para dar uma base e expor o entendimento do governo sobre determinadas questões como, por exemplo, a imigração, que será abordada posteriormente nesta seção. Os interesses nacionais, ou pilares, como nomeado no relatório, são: proteger o povo americano e o estilo de vida americano, promover a prosperidade americana, preservar a paz através da força e avançar a influência americana.

Sobre o primeiro pilar, os seus principais componentes são a proteção aos ataques nucleares, biológicos e químicos, o ataque e desmantelamento das redes terroristas, redução do tráfico de drogas e humano e o fortalecimento do controle migratório e a criação de uma nova política de imigração. Neste último tópico, as ações vão desde a contratação de mais funcionários para trabalhar no Departamento de Segurança Nacional (*U.S. Department of Homeland Security*) até a construção de um muro na fronteira entre os Estados Unidos. Para garantir a efetividade de uma política anti-imigratória mais forte, também é proposto um aumento nas apreensões e deportações de imigrantes ilegais.

A partir do observado, a imigração é apresentada como um dos grandes interesses nacionais. Tal aspecto, além de ser histórico – a imigração sempre foi uma questão presente nos Estados Unidos, mesmo que às vezes não tão central – também é resultado de um cenário que favorece a ideia de reforço das fronteiras. O tema da imigração está incluído em um

contexto mundial de grave crise de refugiados, que fogem das guerras, e imigrantes que buscam melhores condições de vida. Isso se une à posição xenofóbica de um discurso voltado para a generalização de características negativas aos imigrantes ilegais.

No relatório, apesar do reconhecimento da contribuição feita pelos imigrantes legais ao país, o foco está no combate à imigração ilegal, que pesa na economia, influencia negativamente os trabalhadores americanos e traz riscos à segurança pública. Mesmo que exposto dessa forma pode-se perceber, a partir do já mencionado neste trabalho, que os imigrantes ilegais não tomam empregos e nem sobrecarregam os sistemas, e muito menos são todos criminosos, sendo essa uma generalização que reforça um estereótipo propício ao atingimento dos objetivos do governo, ou seja, a deportação maciça de indivíduos.

Presente na Estratégia de Segurança Nacional, a reforma do sistema de imigração surge como prioritária, reforçando o sistema de vistos para que a aquisição da permissão para adentrar no solo americano seja por mérito, além de impedir entradas aleatórias de indivíduos e desconstituir o sistema de cadeia migratória a partir da presença de parentes nos Estados Unidos. Quanto ao último item abordado, a revogação do decreto de Ação Diferida para Chegadas na Infância (DACA – *Deferred Action for Childhood Arrivals*), abordado na seção seguinte, reflete essa posição em busca de uma reforma do sistema imigratório. A política de Zero Tolerância também é um desdobramento desses objetivos traçados.

A prosperidade americana refere-se às mudanças na economia como, por exemplo, a diminuição da intromissão do governo na economia, promoção de uma reforma tributária e redução da dívida do governo, além de rever e adotar novos acordos bilaterais ou multilaterais que favoreçam os Estados Unidos e os trabalhadores. Neste ponto, também se menciona o papel desigual que a China exerce, falando-se até em roubo de propriedade intelectual. A postura a ser adotada, portanto, é a de aderir a acordos em que países de mesmos valores façam parte.

A preservação da paz, segundo a administração Trump, deve ser garantida através da força, com modernização do exército, fortalecimento da indústria de defesa, manutenção das forças nucleares, segurança cibernética e inovação do sistema de inteligência, além de uma diplomacia competitiva que garanta a soberania e segurança dos Estados Unidos. A menção de uma postura mais agressiva quanto à resolução de conflitos também difere da postura prevista no relatório do governo Obama, pois neste a diplomacia é a principal ferramenta para a resolução de conflitos, não excluindo, em último caso, o uso das forças armadas.

Por último, o pilar que aborda a expansão da influência americana ressalta a necessidade das alianças com países de valores similares e o apoio aos países em desenvolvimento como forma de garantir a segurança nacional. Esse apoio também serve como abertura de novos mercados para os Estados Unidos, estabelecendo laços econômicos mais fortes e que alcancem melhores resultados. Essa atuação de aproximação com diversos países ajudam a garantir uma maior segurança nacional. Nesse tópico, não há grandes divergências quanto ao apresentado nos documentos elaborados durante a administração do ex-presidente Obama.

Mediante o apresentado, percebe-se que os objetivos traçados através de um planejamento são aspectos que podem ser contrapostos e discutidos para um melhor entendimento da postura da administração de cada presidente. Os relatórios do ex-presidente Obama salientam a retomada do crescimento da economia, o combate ao terrorismo e à proliferação de armas nucleares, o foco em alianças entre países para o fortalecimento da segurança e desenvolvimento nacional e um novo sistema migratório mais congruente.

Já o relatório estratégico do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresenta uma vertente mais radical, reflexo de sua postura antes e depois das eleições, incluindo como aspectos, além do combate ao terrorismo e o crescimento econômico, a imigração. Sobre esta, a construção do muro, a intenção de aumentar o número de deportações e políticas que restringem e fiscalizam com mais vigor a travessia e a presença de imigrantes em território americano demonstram a importância que o tema tem para o governo.

5.6 O DACA (*Ação Diferida para Chegadas na Infância – Deferred Action for Childhood Arrivals*), a sua revogação e a Política de Zero Tolerância

A globalização é um fenômeno que, inevitavelmente, facilita e traz à tona a permeabilidade das fronteiras, permitindo que fluxos migratórios antes inexistentes passem a ser preocupação de boa parte dos países. Neste sentido, políticas e legislações que visem ao controle e à organização da entrada de imigrantes são essenciais, tendo em vista que os imigrantes podem afetar a economia e diversos setores da sociedade do país receptor. Assim, nesta seção, pretende-se observar o decreto que cria o programa DACA (*Deferred Action for Childhood Arrivals* – Ação Diferida para Chegadas Infantis) e as posições acerca da imigração adotadas pelo ex-presidente Obama e pelo presidente Trump.

O DACA foi criado por meio de decreto elaborado por Barack Obama em 2012 como forma de suprir a incapacidade de aprovar no Congresso a Lei DREAM (*Development, Relief*

and Education for Alien Minors Act – Lei de Desenvolvimento, Socorro e Educação para Menores Estrangeiros). Este programa visava dar regularização temporária durante dois anos renováveis para aqueles que entraram no país de forma ilegal quando ainda eram jovens, o que evitava a deportação imediata, já que fornecia a possibilidade para morar e trabalhar no país. Entretanto, o decreto não dava garantias quanto à cidadania norte-americana nem à permanência no país²⁴.

Quando da criação do programa por Obama, os critérios de aceitabilidade eram significativamente amplos, pois bastava que os indivíduos tivessem entrado no país com menos de 16 anos de idade e tivessem até 30 anos de idade na data de criação do programa, possuísem um certificado de conclusão de Ensino Médio, fossem graduados ou estivessem na escola, tivessem servido nas forças armadas, e não possuísem ficha criminal relativa à condenação por crime doloso, ofensa significativa ou contravenção, múltiplos delitos ou algum comportamento ou contravenção que ameaçasse a segurança pública ou nacional²⁵.

No que se refere à entrada em vigor do DACA, a implementação deste por meio de decreto executivo é bastante criticada desde seu início, tendo em vista à oposição do Congresso e a visão de que há inconstitucionalidade na implantação de tal programa por meio de decreto, visto que o tema e a deliberação do assunto tratado foram submetidos à aprovação do Congresso diversas vezes, sendo rejeitado em todas²⁶. Esta oposição aliada à visão pessimista quanto ao programa levou a sua revogação pelo presidente Donald Trump, que já pretendia revogá-lo mesmo antes de sua eleição.

Para analisar o posicionamento de Obama e Trump quanto à imigração, cabe colocar que esta sempre foi um elemento presente na construção dos Estados Unidos, mas a atenção dada as fronteiras e a visão da imigração como um tema sensível se agravaram com o terrorismo e com o ataque de 11 de setembro de 2001 (BRANTON, 2011). A partir de então, as percepções sobre os imigrantes têm variado bastante e com a eleição do presidente Trump, torna-se interessante observar como os imigrantes são percebidos pela população.

Segundo pesquisas realizadas em 2018, apesar da divisão partidária entre republicanos e democratas, o que se percebe é que uma grande porcentagem acredita que os imigrantes que não possuem documentos são trabalhadores e honestos e que eles não são mais propensos a cometer crimes graves do que qualquer outro cidadão seria. Já com relação à visão que a

²⁴ Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41174409>

²⁵ NAPOLITANO, Janet, 2012.

²⁶ U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY. Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA). Department of Homeland Security. 2018.

população tem sobre o trabalhador imigrante sem documentos, 71% acreditam que eles trabalham em ocupações que os cidadãos não costumam querer. Ao analisar o que os partidários pensam acerca do imigrante ilegal, percebe-se que há divergências quanto à política migratória, mas a maioria dos republicanos (63%) e dos democratas (79%) possui a mesma visão da população em geral acerca do trabalhador imigrante ilegal ocupar posições não preenchidas por cidadãos americanos. Os dados aqui referenciados fazem parte de uma pesquisa realizada pelo *Pew Research Center*²⁷. Portanto, deve-se entender que o argumento de que imigrantes ilegais são criminosos e tomadores de empregos não são fundamentados pela opinião da maioria.

Já entrando na análise sobre a posição adotada pela administração de Obama quanto à imigração, pode-se dizer que o seu governo foi caracterizado por índices de remoções formais consideráveis, mas o que se percebe é que as deportações foram focalizadas em grupos de indivíduos criminosos e que invadiram a fronteira recentemente e de forma não autorizada, o que mostra que a prioridade da administração Obama não se concentrava em retirar aqueles indivíduos que já tinham estabelecido raízes nos Estados Unidos e não haviam cometido qualquer tipo de delito²⁸. Portanto, o grupo de prioridades para deportação definido no governo Obama era composto pelo seguinte: aqueles que ameaçavam a segurança nacional, pública e de fronteira eram considerados como primeira prioridade, seguido de delinquentes e novos infratores, e por último outros infratores da lei de imigração de menor grau ofensivo²⁹.

Isto demonstra uma maior tolerância quanto a esse grupo, muito diferente do que Trump propõe, tendo como exemplo dessa posição contrária à imigração a política de Tolerância Zero, que visa acabar com o que pode ser entendido como uma imigração por cadeia familiar, negando a entrada de qualquer parente que não os cônjuges e filhos³⁰. Neste entendimento, os indivíduos têm a chance de conseguir o visto para entrar no país desde que possuam parentes próximos que já se estabeleceram nos EUA. Para Trump, os indivíduos devem conseguir a cidadania e o visto por mérito próprio e pelos bons feitos realizados nos Estados Unidos, segundo o Relatório da Estratégia de Segurança Nacional.

É oportuno mencionar também que em ambos os Relatórios da Estratégia de Segurança Nacional da administração de Obama, a menção quanto à imigração é bastante

²⁷ PEW RESEARCH CENTER. On Immigration Policy, Partisan Differences but Also Some Common Ground. 2016.

²⁸ CHISHTI, Muzaffar, PIERCE, Sarah, BOLTER, Jessica. The Obama record on deportations: deporter in chief or not? 2017.

²⁹ JOHNSON, Jeh Charles, 2014.

³⁰ CHISHTI, Muzaffar, PIERCE, Sarah, BOLTER, Jessica. Even as Congress remains on sidelines, the Trump Administration slows legal immigration. 2018.

superficial e básica, apenas mencionando que se pretende atualizar a legislação migratória de forma que se possa aliar a imigração legal ao mercado de trabalho, também falando do controle da fronteira, mas nada de forma tão explícita quanto se observa no mesmo documento elaborado durante o governo Trump.

Ao analisar a posição de Trump quanto ao programa DACA e quanto à imigração em geral, percebe-se muito mais radicalismo – o que pode ser observado na menção de construir um muro na fronteira, expulsar o maior número de imigrantes ilegais possíveis, e limitar os cidadãos de determinados países a entrarem no país. Durante sua campanha e nos comícios, Trump sempre ressaltava os seguintes temas: remoção de imigrantes não autorizados, rescisão do DACA, o muro na fronteira entre os EUA e o México, a redução do fluxo de refugiados e o aumento da checagem de segurança e a suspensão de toda a imigração de países que eram “propensos” ao terrorismo³¹. Tendo em vista isto, o que se percebe é que a intenção de Trump sempre foi a suspensão do DACA, o que foi realmente cumprido após a sua eleição.

A revogação do DACA conta com a opinião favorável de muitos apoiadores de Trump e funcionários da administração, como o Procurador-Geral Jeff Sessions. Para eles o aumento das chegadas de crianças desacompanhadas se deu a partir do DACA lançado por Obama em 2012. A manutenção desse programa só iria permitir a manutenção da entrada de mais crianças desacompanhadas. Entretanto, o que se percebe é que a entrada de crianças desacompanhadas já vinha acontecendo desde antes da criação do programa por Obama, devido a situações de violência, crises econômicas, políticas e sociais dos países latino-americanos³².

Além da visão negativa sobre o DACA, a justificativa utilizada para a revogação do programa é a de que esse favorece os imigrantes ilegais, como se fosse permitido e até incentivado a entrada destes e que os imigrantes amparados pelo DACA favoreceriam o aumento de crimes, violência e até mesmo terrorismo³³. Esta visão é obviamente contraditória, tendo em vista que um dos critérios para a adesão ao programa é que não haja nenhum histórico criminal. Além disso, a decisão pela revogação do DACA e pela deportação dos seus beneficiários pode trazer consequências inesperadas para a esfera econômica e para a esfera social³⁴.

³¹CHISHTI, Muzaffar, BOLTER, Jessica, PIERCE, Sarah. Despite hard-line immigration campaign pledges, Trump policy remains in flux. 2016.

³² CHISHTI, Muzaffar, BOLTER, Jessica, PIERCE, Sarah. Will White House Immigration Wish List Tank Emerging DREAMer Momentum in Congress? 2017.

³³ NOGUERA, Pedro, 2010.

³⁴ MURGUÍA, Janet, 2015.

A política de Tolerância Zero também é adotada na administração de Trump, em que o foco está em deportar e processar criminalmente a maior parte de imigrantes ilegais possível, o que cabe bem nas propostas feitas pelo atual presidente no período de campanha. Uma consequência desta posição foi percebida no caso em que crianças que entraram ilegalmente no país e as que estavam desacompanhadas foram mantidas em “abrigos” – verdadeiras prisões – e separadas de suas famílias. Apesar das manutenções em abrigos serem previstas em legislação – o que Trump utilizou para basear as separações –, em nenhum momento a legislação prevê a separação das famílias, permitindo que estas sejam processadas criminalmente, mas que respondam em liberdade. Isto acaba por se tornar mais um elemento que demonstra a posição intolerante utilizada pelo governo Trump quanto a certos casos³⁵.

A partir do exposto, é possível imaginar o quão importante, problemática e conflituosa pode ser a relação legal e política acerca da imigração. Enquanto Obama estabeleceu um programa que burlou os processos legislativos como forma de acelerar a situação de determinados imigrantes, sendo mais tolerante em alguns casos e voltando os esforços para deportar grupos que infringiam a lei, Trump adota uma posição mais radical que agrada boa parte de seus eleitores, que veem na imigração ilegal um problema econômico, social e político que deve ser solucionado, como forma de proteger a nação e a identidade nacional norte-americana.

5.7 O que os dados dizem sobre a questão da imigração nos mandatos presidenciais de Barack Obama e de Donald Trump

A imigração nos Estados Unidos é um fenômeno que traz consigo um grande fluxo de indivíduos entre países do mundo todo que seguem em direção ao país norte-americano. Esse fenômeno não é recente, visto que desde a colonização do país diversas etnias adentraram no país em busca de melhores condições ou novas oportunidades.

O cenário que hoje se constrói com o intenso discurso sobre o impacto da imigração nos Estados Unidos foi um dos motivos para se realizar uma análise e demonstração de dados voltados ao tema. Nesse viés, ao se perceber posições diferentes quanto à imigração entre Donald Trump e Obama, preferiu-se optar pela análise de dados referentes aos primeiros mandatos desses presidentes como forma de verificar o impacto em números na entrada e saída de imigrantes.

³⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44584132>

Para tanto, como uma forma de analisar e comparar o fluxo imigratório nos governos de Obama e Trump, serão abordados dados relativos ao quantitativo de imigrantes apreendidos mensal e anualmente, com atenção especial para aqueles de origem mexicana, o número de mexicanos repatriados ao país de origem e também as características da população imigrante legal latina nos Estados Unidos.

Os dados selecionados são relativos ao ano fiscal de 2009 e 2017. Vale ressaltar que o ano fiscal compreende o período que se inicia em 1 de outubro do ano anterior e vai até dia 30 de setembro do ano seguinte. Portanto, os dados aqui explorados não coincidem com o primeiro ano do mandato do chefe do executivo, mas já servem como uma base para as possíveis observações a serem feitas sobre a imigração nos Estados Unidos.

5.8 *Quantos imigrantes foram apreendidos nos Estados Unidos?*

A fronteira entre os Estados Unidos e o México é caracterizada por receber um grande fluxo de imigrantes, sendo que muitos daqueles que chegam sem documento ou comprovante de legalidade acabam por serem apreendidos durante a entrada nos Estados Unidos. No entanto, não só são apreendidos imigrantes que descumprem algum requisito da Lei de Imigração e Nacionalidade americana na região da fronteira, mas também em todo o território nacional.

Com o foco nas apreensões feitas na fronteira sudoeste dos Estados Unidos – área fronteira ao México –, percebe-se que há uma grande diferença entre o número de imigrantes ilegais apreendidos em 2009 e 2017. A queda de aproximadamente 43% dos imigrantes apreendidos em 2017 frente ao número registrado em 2009 pode ser justificada pelo contexto em que se insere tanto o México quanto os Estados Unidos.

A imigração pode se apresentar como uma consequência da situação econômica e social do país de origem daquele que decide abandonar sua terra natal em busca de condições melhores. O reforço da política imigratória, a tensão e a ansiedade causada naqueles que pensam em deixar o seu país a partir da mudança de discurso e de medidas editadas pelo presidente americano Donald Trump, acabou por reduzir o fluxo de imigrantes que chegam na fronteira.

Tabela 11 - Apreensões na fronteira sudoeste, 2009/2017.

Ano Fiscal	Total
2009	540.865
2017	303.916

Fonte: adaptação dos dados extraídos do arquivo *U.S. Border Patrol Fiscal Year Southwest Border Sector Apprehensions (FY 1960 - FY 2017)*. *U.S Customs and Border Protection – Department of Homeland Security*.

*O recolhimento dos dados leva em conta o total de imigrantes ilegais apreendidos em um ano fiscal, que vai do dia 1º de outubro do ano anterior até 30 de setembro do ano seguinte.

**A fronteira sudoeste envolve a área fronteira ao México.

Esse reforço da sistemática de apreensão, aliada a uma melhora nas condições econômicas do México resultaram em uma queda de imigrantes mexicanos no ano de 2017. A melhora econômica do México vem sendo registrada antes mesmo da entrada (CHISHTI, FAYE, 2015) de Trump no cargo de chefe do executivo, o que acaba por reforçar a ideia de diminuição do número de apreensões.

Entre as apreensões de imigrantes mexicanos ilegais feitas na fronteira sudoeste e também nacionalmente, percebe-se que mais uma vez houve uma queda significativa de apreensões. A queda de aproximadamente 74% das apreensões feitas na fronteira e a manutenção da mesma porcentagem nas apreensões nacionais demonstra tal aspecto. Quanto ao número registrado em 2009, apesar de alto, não se compara aos grandes números registrados no final da década de 90 e início dos anos 2000³⁶.

Tabela 12 - Apreensão pela patrulha de fronteira dos E.U.A em todo o país por cidadania (mexicana) e setor, 2009/2017.

Ano Fiscal	Fronteira sudoeste	Nacional
2009	495.582	503.386
2017	127.938	130.454

Fonte: Adaptação do arquivo *U.S. Border Patrol Nationwide Apprehensions By Citizenship and Sector in FY 2007 – 2017*. *U.S Customs and Border Protection – Department of Homeland Security*.

* Os dados aqui incluídos levam em conta somente estrangeiros deportáveis, que são caracterizados por serem sujeitos a motivos de remoção de acordo com a Lei de Imigração e Nacionalidade. O termo original é *Deportable Alien*, e sua definição em inglês pode ser encontrada no seguinte site: <https://www.uscis.gov/tools/glossary/deportable-alien>

**A fronteira sudoeste envolve a área fronteira ao México.

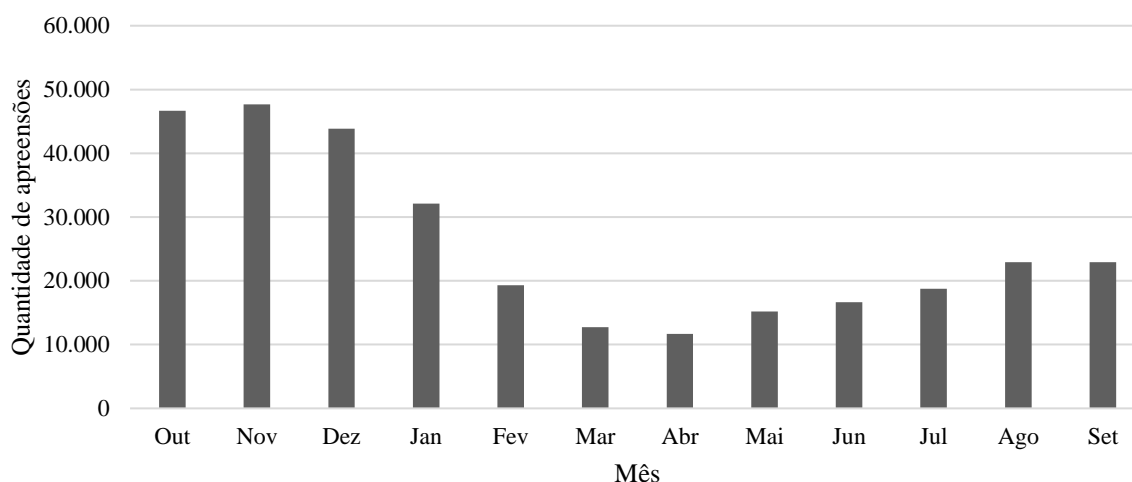
Outro dado relevante e que pode ser analisado à luz de cada período selecionado é o número de apreensões de estrangeiros ilegais por mês. Esses dados mensais demonstram o fluxo de apreensões feitas durante o ano, sendo possível comparar as apreensões feitas tanto no início do mandato de Obama quanto no de Trump.

No que tange ao ano fiscal de 2009, percebe-se um pico no mês de março de 2009, que frente ao total de 556.041 estrangeiros apreendidos entre os meses de outubro de 2008 e setembro de 2009, registrou um total de 68.740 apreensões. Nos meses seguintes, o registro

³⁶ Dados relativos aos anos mencionados podem ser encontrados no seguinte site: <https://www.migrationpolicy.org/article/obama-record-deportations-deporter-chief-or-not>

mais alto feito foi em abril, com 59.771 apreensões. Nos últimos meses do mandato de George W. Bush, as apreensões não ultrapassaram 50.000 apreendidos. Já nos nove meses iniciais do mandato de Obama, o número de apreensões cresceu, atingindo o seu pico em março e decrescendo levemente nos meses seguintes.

Gráfico 1 - Total de apreensões de estrangeiros ilegais¹ por mês, ano fiscal de 2009.



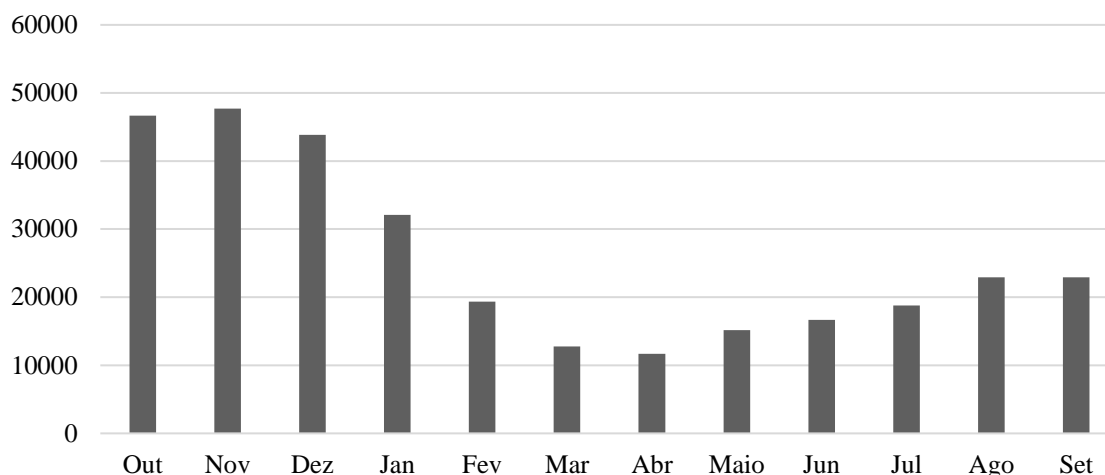
Fonte: adaptação dos dados presentes em *U.S. Border Patrol Monthly Apprehensions (FY 2000 - FY 2017)*. *U.S. Customs and Border Protection – Department of Homeland Security*.

¹ O termo original em inglês é *alien*.

* Ano fiscal: período que tem início no dia 1º de outubro do ano anterior e termina em 30 de setembro do ano seguinte.

No que tange aos dados recolhidos no ano fiscal de 2017, o que se observa é que houve uma queda significativa nas apreensões feitas em todos os meses em que Trump já estava no cargo de presidente dos Estados Unidos. O total de apreensões foi 310.531 estrangeiros ilegais, sendo que somente em outubro, novembro e dezembro de 2016 – ano em que Obama ainda comandava o executivo- os números ficaram acima de 45.000. A partir de janeiro de 2017, o único mês em que foi registrada a apreensão de mais de 32.000 estrangeiros ilegais foi janeiro. Desde então, as apreensões não ultrapassaram 23.000 indivíduos.

Gráfico 2 - Total de apreensões de estrangeiros ilegais¹ por mês, ano fiscal de 2017



Fonte: adaptação dos dados presentes em *U.S. Border Patrol Monthly Apprehensions (FY 2000 - FY 2017)*. *U.S. Customs and Border Protection – Department of Homeland Security*.

¹ O termo original em inglês é *alien*.

* Ano fiscal: período que tem início no dia 1º de outubro do ano anterior e termina em 30 de setembro do ano seguinte.

Mediante os dados apresentados, percebe-se que o número de apreensões feitas no ano fiscal de 2009 e 2017 são bem diferentes. Isso advém do contexto, da rigidez do controle de fronteira e do discurso empreendido. Com a Política de Tolerância Zero, com o aumento de agentes na patrulha de fronteira e com o aumento de servidores no departamento responsável pelo controle do fluxo migratório, os registros de apreensões a partir de janeiro de 2016 caíram, o que não significa necessariamente que as apreensões foram feitas em menor número, mas indica uma tendência de redução da vinda de imigrantes, iniciada no final da década de 90.

Em relação aos dados observados durante o primeiro ano incompleto de Obama no governo, percebe-se que os números são maiores que os observados no governo Trump, mas ainda assim o controle e deportação voltou-se para criminosos e indivíduos que adentraram o território recentemente e sem nenhuma documentação (CHISHTI, PIERCE, BOLTER, 2017). Esses valores relativamente maiores também envolvem o contexto já mencionado durante essa seção.

5.9 Os mexicanos repatriados

Quando se analisa a questão da imigração, principalmente no que tange o fluxo de mexicanos rumo aos Estados Unidos, vale também observar o registro de dados pelo México referente à repatriação dos cidadãos. A repatriação também pode servir de base para analisar a

atitude norte-americana quanto ao deslocamento de indivíduos que atravessam ilegalmente a fronteira. Para clarificar a análise dos dados, o conceito de repatriação utilizado envolve o regresso de imigrantes ao país de origem. Esse conceito está positivado no artigo 81 da Lei Nacional de População, vigente no México.

No intuito de continuar com a lógica de análise, a seleção dos dados foi feita a partir da separação temporal, com a seleção dos anos de 2009 e 2017. Vale ressaltar que a seleção temporal vigente no México não é dividida por ano fiscal, que é feita nos Estados Unidos. Neste viés, os dados abaixo demonstram o retorno de cidadãos mexicanos a sua terra de origem.

A partir dos dados abaixo, percebe-se que no ano de 2009 601.356 indivíduos retornaram ao México, sendo a sua origem os Estados Unidos. Ao incluir a variável idade, o que se observa é que a maior parte dos emigrantes são localizados na faixa etária de 18 anos ou mais, sendo que somente cerca de 4% dos indivíduos que retornaram encontram-se em idades menores que 18 anos. Isso demonstra a existência de uma tendência da ida de adultos a países em busca de uma melhor oportunidade de trabalho, o que resulta em uma expectativa de um futuro retorno ao país de origem, seja por vontade própria, seja por resultado de processos legais e administrativos de deportação.

Tabela 13 - Eventos de repatriação de mexicanos dos EUA, segundo entidade federativa de recepção, grupos de idade e sexo, 2009.

Mês	Total de menores de 18 anos	Total com 18 anos ou mais	Total
Janeiro	2.586	42.833	45.419
Fevereiro	2.602	48.701	51.303
Março	3.721	66.631	69.902
Abril	2.615	60.365	62.980
Mai	1.937	55.342	57.279
Junho	2.016	51.920	53.936
Julho	2.072	50.569	52.641
Agosto	2.635	46.361	48.996
Setembro	2.254	41.750	44.004

Continua

Continuação

Mês	Total de menores de 18 anos	Total com 18 anos ou mais	Total
Outubro	1.478	46.401	47.879
Novembro	1.404	36.132	37.536
Dezembro	1.146	28.335	29.481
Total	26.016	575.340	601.356

Fonte: CENTRO DE ESTUDOS MIGRATORIOS, 2009, p. 113 (adaptado pela autora).

A repatriação de cidadãos mexicanos no ano de 2017 foi relativamente menor que a feita em 2009. Levando em consideração as mesmas divisões feitas por idade, vislumbra-se que houve uma queda de aproximadamente 70% no número de repatriações totais feitas no ano em análise. O número de emigrantes que retornaram ao México e que se encontram na faixa etária de indivíduos com menos de 18 anos manteve o padrão de ser menor do que o número de repatriados que se encontram acima dos 18 anos. O percentual observado de menores de 18 anos gira em torno dos 5% frente ao número de indivíduos que compõem a outra categoria em análise.

Tabela 14 - Eventos de repatriação de mexicanos dos EUA, segundo entidade federativa de recepção, grupos de idade e sexo, 2017.

Mês	Total de menores de 18 anos	Total com 18 anos ou mais	Total
Janeiro	903	12.749	13.652
Fevereiro	576	11.631	12.207
Março	455	12.137	12.592
Abril	509	11.362	11.871
Maio	663	12.367	13.030
Junho	702	12.845	13.447
Julho	656	12.308	12.964
Agosto	798	14.361	15.159
Setembro	931	13.840	14.771
Outubro	969	14.805	15.774
Novembro	951	15.207	16.158

Continua

Continuação

Mês	Total de menores de 18 anos	Total com 18 anos ou mais	Total
Dezembro	799	14.540	15.339
Total	8.912	158.152	167.064

Fonte: UNIDAD DE POLÍTICA MIGRATORIA, 2018, p. 178 (adaptado pela autora).

Mediante o apresentado, percebe-se que houve uma queda no número de mexicanos repatriados entre 2009 e 2017, sendo que entre eles, o número de indivíduos menores de 18 anos é consideravelmente menor que aqueles que se situam acima dessa idade.

5.10 Sobre a imigração: para além dos mandatos presidenciais

A imigração, como já demonstrado durante esse trabalho, sempre foi um tema presente na história dos Estados Unidos, constituindo-se como um desafio para os governantes. O país norte-americano demonstrou-se como uma saída para países, principalmente aqueles localizados na América Central e América do Sul, que passaram por momentos de ditadura, crise econômica e social e também de conflitos. O fluxo de pessoas, típico do fenômeno da globalização, gera impactos no território que o recebe e é justamente na tentativa de organizar ou frear esse fluxo que os governos tomam posições mais receptivas ou não.

A recepção de imigrantes pelos Estados Unidos já foi muito alta perto da registrada hoje, com elevados números de apreensões e deportações daqueles indivíduos que chegavam sem documentos para comprovar a legalidade de sua estadia. As apreensões feitas entre o período de 2000 e 2017 caíram fortemente, sendo que naquele ano o número registrado contava com mais de 1,5 milhão de indivíduos apreendidos nos Estados Unidos³⁷. Com o passar do tempo, a diminuição dos postos de trabalho que frequentemente são ocupados por imigrantes ilegais e o fortalecimento da legislação concernente à imigração³⁸ forçou a uma mudança de comportamento dos indivíduos que atravessam a fronteira em busca de melhores condições.

Ao observar informações recolhidas sobre a maneira com a qual Obama lidou com a imigração, percebe-se que, apesar do alto número de deportações, o foco estava voltado na elaboração de prioridades para que estas fossem feitas, sendo o alvo criminosos –

³⁷ Os dados aqui apresentados encontram-se registrados em tabela publicada pelo *U.S Customs and Border Protection – Department of Homeland Security*.

³⁸ CHISHTI, Muzaffar, HIPSMAN, Faye. In *Historic Shift, New Migration Flows from Mexico Fall Below Those from China and India*. 2015.

relacionados com crimes graves – e indivíduos que ultrapassavam a fronteira ilegalmente em períodos recentes (CHISHTI, PIERCE, BOLTER, 2017). Outra política importante implementada pelo governo Obama foi o DACA (Ação Diferida para Chegadas na Infância – *Deferred Action for Childhood Arrivals*) – já abordado em seção anterior –, que viabilizou a estabilização da situação de muitas crianças e adolescentes que chegaram ao país quando jovens, sendo de extrema relevância.

Já com relação ao governo do atual presidente republicano, nota-se a centralidade que a imigração ganhou nas campanhas de 2016, advindo esta do contexto do fluxo mundial de refugiados e da preocupação com o terrorismo. O discurso de Donald Trump, com propostas como a construção de um muro e a deportação de todos os 11 milhões de imigrantes dos EUA, além da posterior rescisão do DACA trouxe à tona a relevância do tema. As prioridades para a deportação também foram redefinidas³⁹, sendo ampliadas de forma a incluir mais estrangeiros que chegam e permanecem sem documentos ou qualquer forma de legalização no país. Assim, ao assumir o cargo de chefe do executivo, além de rescindir decisões do governo anterior, reforçou o sistema de fiscalização e controle da fronteira e implementou uma política de tolerância zero com relação àqueles que chegam ilegalmente.

Levando em consideração a visibilidade dada à questão da imigração durante a campanha de Trump, cabe observar o que foi feito pelo presidente eleito com relação a este tema, tendo em vista as promessas radicais realizadas antes de sua eleição. Uma análise dos seis primeiros meses mostra que as prisões do Departamento de Imigração e Alfândega dos EUA aumentaram 38% nos primeiros 100 dias de mandato. Além disso, houve uma expansão considerável do que seriam imigrantes considerados como prioridade para deportação, mostrando que qualquer imigrante que não possui autorização para entrar nos EUA está sujeito à remoção. Apesar disso, o aumento das prisões não foi tão significativo quanto Trump prometeu em sua campanha (CHISHTI, BOLTER, 2017).

Com relação as duas primeiras ordens executivas que Trump elaborou sobre a imigração no início de sua presidência, o que se percebe é que estas se concentram na fiscalização da fronteira e do interior do país, como a contratação de mais agentes e oficiais de patrulha, a construção de mais centros de detenção, aumento de verbas para os órgãos fiscalizadores da imigração e cooperações entre agências federais e locais para compartilhamento de informação (CHISHTI, BOLTER, 2017).

³⁹ Para mais informações, consulte o Fiscal Year 2017 ICE Enforcement and Removal Operations Report.

Segundo Bialik (2018), entre os períodos de janeiro a junho de 2018, cerca de 49 mil familiares já foram presos na fronteira, o que representa o dobro do mesmo período em 2017 e o maior número dentre janeiro e fevereiro desde 2012. Além desses números, na primeira metade de 2018, foram realizadas em torno de 203 mil apreensões na fronteira – incluindo nestes números famílias, crianças e indivíduos desacompanhados –, o que demonstra um aumento considerável em comparação à 104 mil apreensões realizadas no mesmo período de 2017 (BIALIK, 2018). Isto evidencia os efeitos da política lançada por Trump – Tolerância Zero –, que tem como efeito processar e devolver ao país de origem a maior parte dos imigrantes que entram sem autorização no país.

O fluxo de indivíduos entre os países é um desafio resultante do fenômeno da globalização e pode gerar diversas reações na população nativa, desde a recepção calorosa e tentativa de assimilação até a xenofobia e ataques violentos contra as pessoas que saem de seu país de origem em busca de melhores condições de trabalho, educação, saúde, moradia e até mesmo para fugir de conflitos e guerras, como é o que acontece com os refugiados dos países do Oriente Médio e africanos. Cada governo interage e estabelece normas para o controle desse fluxo de forma a melhor atender as prioridades propostas para a população.

6. Considerações finais

O debate sobre a questão da imigração em um mundo globalizado parece ser ainda mais sensível, já que com a interconexão das diversas áreas a partir de uma rede mundial de relações altera a ideia de Estado-nação autônomo, soberano, independente e com fronteiras bem delimitadas. A globalização permite uma maior flexibilidade e um maior fluxo de indivíduos e bens. No entanto, apesar de tais aspectos surgirem como uma consequência natural desse processo de mundialização, muitos fenômenos ligados a ele são problemáticos e geradores de conflitos como, por exemplo, o tema da imigração.

A partir dessa perspectiva, a imigração mexicana nos Estados Unidos se torna um caso interessante a ser observado frente a questões ligadas à globalização, às fronteiras, à xenofobia e também à própria formação da identidade nacional norte-americana. Com isso em mente, vale entender a situação atual, com a eleição de um presidente que pautou boa parte de sua campanha eleitoral no aspecto da imigração e também compará-lo frente ao candidato que ocupou a presidência antes dele. Assim, será demonstrada a importância do fator imigração para o governo de Donald Trump, relacionando também nesse objetivo o mesmo fator para o governo Obama.

Também é válido entender, antes mesmo de se desenvolver a ideia citada no parágrafo anterior, o aspecto histórico relativo à formação da identidade nacional norte-americana com o fim de entender se a relação entre a formação da identidade nacional dos Estados Unidos e o levante anti-imigrante percebido durante as eleições de 2016 é paradoxal. Como um desdobramento de tal questionamento, observar-se-á a construção da imagem dos imigrantes latinos frente aos valores norte-americanos. Dessa forma, essas considerações serão levadas em conta como um norte para a finalização desse trabalho.

Ao se abordar a formação dos Estados Unidos, percebe-se que diferentemente do que aconteceu nos países latino-americanos, grupos específicos de ingleses foram para as Treze Colônias em busca de uma maior liberdade religiosa e de prosperidade, visto que a Inglaterra naquele momento passava por momentos difíceis tanto política quanto religiosamente. Dessa forma, os primeiros colonos dos Estados Unidos podiam ser identificados entre os puritanos, os peregrinos – também conhecidos como fundadores dos Estados Unidos, além de serem identificados como a parcela branca, anglo-saxã e protestante que saiu das terras inglesas em

busca de criar um novo lar –, e também entre homens e mulheres com o fim de se estabelecer em novas terras (KARNAL *et al*, 2007).

A construção dos Estados Unidos como território passou por muitos movimentos como, por exemplo, a Guerra da Independência, a expansão territorial com o Destino Manifesto e a Marcha para o Oeste, e a Guerra de Secessão. No entanto, no que tange à identidade nacional, como observado por Liah Greenfeld (1992), percebe-se que esta já estava presente antes mesmo da ideia de formação de um Estado propriamente dito, pois os colonos ingleses não trouxeram consigo um sentimento de ressentimento para com a Inglaterra, e sim mantiveram e fortaleceram os ideais de liberdade, igualdade, dignidade e racionalidade, próprios do nacionalismo inglês.

Essa peculiaridade na formação da identidade nacional norte-americana, com a inclusão de valores universais de igualdade e liberdade para todos foi tida como um dos exemplos do modelo do nacionalismo cívico-libertário, este exposto por Greenfeld (1992) para diferenciar o nacionalismo presente nos EUA daqueles que se incluíam em uma vertente mais étnica e unitária como a Alemanha, por exemplo, que valorizava a identificação de laços sanguíneos e nascimento para interpretar se aquele indivíduo pertencia ou não a nação.

Esse modelo de nacionalismo caracterizado por um universalismo que valoriza também o individualismo, não excluindo o aspecto de cada ser de forma a criar um cenário de autoritarismo, também foi muito relevante para a questão imigratória, já que os imigrantes tiveram papel relevante na construção do território norte-americano. Esses imigrantes que buscavam por uma oportunidade melhor de vida, encontraram nos valores norte-americanos uma chance para que pudessem trilhar um caminho diferente. Nessa perspectiva, houve uma criação de laços muito fortes entre os imigrantes e os Estados Unidos, reforçando ainda mais a ideia de universalidade da nação americana, que acolhia as mais diversas culturas, pronta para formar uma comunidade multicultural, mesmo que o preconceito ainda estivesse presente em pequenos grupos norte-americanos (GREENFELD, 1992).

No entanto, apesar desses ideais típicos dos Estados Unidos que eliminariam qualquer aspecto étnico do processo de formação da identidade nacional norte-americana, é importante ressaltar que a ideia de nacionalismo cívico-libertário trazida por Greenfeld (1992) é um modelo, e como tal não consegue abarcar todas as peculiaridades da realidade. A identidade nacional é o elemento que cria um vínculo de reconhecimento entre o indivíduo e o território,

sendo que desse vínculo resulta a noção de nação e, portanto, torna-se muito difícil dizer que aspectos étnicos não estejam incluídos na ideia de nacionalismo. Dentro desse argumento, o elemento étnico surge como uma necessidade de diferenciar a nação daqueles que não fazem parte delas, sendo que para Connor (1994) tal situação até mesmo fortalece pequenos grupos americanos que defendem a descendência e ligação direta dos norte-americanos com os anglo-saxões.

Mediante o apresentado anteriormente, é possível dizer que, a partir da visão de nacionalismo cívico-libertário apresentada por Liah Greenfeld (1992), há sim um paradoxo entre a formação da identidade nacional norte-americana e o levante anti-imigrante ocorrido nas eleições de 2016, pois a identidade nacional norte-americana estaria calcada em valores universais de igualdade e liberdade. No entanto, como um modelo que não abarca todas as peculiaridades da realidade, vale ressaltar que talvez esse paradoxo não seja tão forte assim, pois o elemento étnico está inserido no nacionalismo norte-americano como em qualquer outro.

Essa ideia de pertencimento a partir de uma ligação sanguínea específica define aqueles que pertencem ou não ao povo, sendo que indivíduos que possuem identidades e cultura diferente são vistos como uma ameaça e como uma forma de fragilização do Estado. Tal posição resulta na xenofobia, uma consequência do próprio processo de globalização como uma reação às alterações sofridas pelos países em suas fronteiras e em suas relações com outros Estados, instigando a criação de preconceitos que colocam outros povos como inferiores e, portanto, sujeitos à violência.

Essa ideia de diferenciação entre aqueles que pertencem ou não à nação norte-americana também está ligada à construção da imagem dos latino-americanos frente aos valores próprios dos Estados Unidos. A partir desse processo de inferiorização, torna-se possível identificar quem pertence ao povo americano e àqueles que não fazem parte e que, portanto, justifica movimentos mais radicais em prol da expulsão de todos os indivíduos que não conseguem se encaixar e assimilar todos os aspectos peculiares ao estado de ser norte-americano.

A imagem dada aos latino-americanos como indivíduos que praticam crimes e que fogem de todos os aspectos morais construídos pela nação norte-americana serve para perpetuar a identificação dos cidadãos americanos frente aos outros povos. Essa diferenciação

entre povo inferior e superior encontra suas justificativas em elementos econômicos, políticos e culturais, sendo que os imigrantes latinos surgem como os responsáveis por tomar os empregos dos cidadãos norte-americanos, além de fragilizar a noção de soberania e autonomia dos Estados Unidos. Todos esses discursos que contrapõem os valores norte-americanos aos valores que não pertencem a essa identidade fortalece discursos xenofóbicos e racistas.

Trazendo tais reflexões para as campanhas de Donald Trump, o seu governo e o governo do democrata Barack Obama, é válido observar a relevância que o tema da imigração teve nos dois governos. Primeiramente, observa-se que frente à campanha de Obama, a campanha de Donald Trump teve o tema como uma das prioridades, com discursos voltados para a deportação em massa dos imigrantes ilegais, além da construção de um muro, do fim da imigração em cadeia e do investimento na estrutura de fiscalização das fronteiras.

O apoio dado a Donald Trump concentrou-se na faixa da população com mais de 45 anos, sendo a maioria de apoiadores brancos e que elencavam como prioridade a questão da imigração e do terrorismo. Dessa forma, com o slogan *Make America Great Again*, Donald Trump apelou para o nacionalismo norte-americano, instigando aqueles grupos que já tinham em si uma ideia mais forte de pertencimento e de limitação daqueles que poderiam ou não adentrar o território norte-americano. Com a sua figura carismática e midiática, a questão da imigração ganhou muita importância nos discursos, com grandes propostas a serem realizadas em seu governo.

Em contraposição a Donald Trump, o primeiro mandato de Barack Obama não foi tão permeado pela questão da imigração, mas sim se voltou para a questão da economia e do terrorismo, sendo que a maior parte dos seus eleitores concentrava na faixa de idade de 18 a 44 anos, sendo a maioria mulheres, negros e hispânicos. O perfil de apoiadores diferente daqueles eleitores que votaram em Trump também é um demonstrativo de que questões diferentes eram relevantes em cada momento. O discurso de Obama era mais ameno e democrático no que tange à imigração, com o intuito de criar política e ações que limitassem a entrada de imigrantes, mas que ao mesmo tempo elencasse prioridades na deportação e criasse políticas e programas voltados aos imigrantes.

Com relação aos dados relativos à imigração mexicana, o que se percebe com os dados trazidos durante esse trabalho é que o número de apreensões e deportações feitas no primeiro ano de mandato do ex-presidente Obama foi muito maior que aqueles observados no primeiro

ano de mandato de Donald Trump. Essa característica pode ser resultado de uma série de variáveis que devem ser analisadas em conjunto como, por exemplo, a melhora da situação econômica e política do México, aliada ao cenário de insegurança criado pelos discursos e posições tomadas por Trump, sendo exemplo disto a implementação da Política de Zero Tolerância e a revogação da Ação Diferida para Chegadas na Infância (DACA – Deferred Action for Childhood Arrivals) – esta criada por Obama como uma forma de criar um cenário de segurança jurídica para aqueles indivíduos que chegaram de outros países e cumpriam determinados pré-requisitos.

Outro ponto relevante a ser observado é que o sistema de apreensões feito por Obama priorizava certas categorias de imigrantes que podiam claramente significar alguma ameaça para a segurança nacional. Já no governo Trump, essas categorias foram ampliadas, sendo que estas, aliadas a uma estrutura mais forte de fiscalização, foram responsáveis por um alto número de apreensões nos primeiros meses de mandato. O que se identifica, apesar de uma maior tentativa de apreender e deportar imigrantes por parte do governo Trump, é que os números vêm caindo ano a ano, por causas que ultrapassam a intenção interna do chefe do executivo.

Dessa forma, apesar do discurso inflamado de Donald Trump sobre a questão migratória, nota-se que momentos diferentes geram números diferentes de apreensões e deportações, sendo muito precipitado dizer qual será o impacto do governo Trump nos dados relativos à imigração. O que se percebe, no entanto, é que houve uma radicalização do discurso contra a entrada de indivíduos que não possuem as mesmas raízes e cultura dos Estados Unidos, sugerindo uma forte referência étnica presente em grupos minoritários específicos norte-americanos.

Diante do estudo de caso feito a partir da imigração mexicana nos Estados Unidos, percebe-se a relevância que a globalização tem em dar novas formas a fenômenos que não surgiram a partir dela, mas que já existiam antes mesmo de se instaurar uma interdependência mundial. As fronteiras ganham um novo significado e a identidade nacional atua como forma de dar um sentimento de pertencimento ao indivíduo em mundo tão fluído. A imigração sempre foi um tópico presente na relação entre os dois países em estudo e as atitudes tomadas quanto a ela refletem o cenário atual em que os países estão inseridos, podendo trazer a tona comportamentos latentes que tanto agem em favor do respeito àqueles que não são norte-americanos, como também agem de maneira xenofóbica em relação aos diferentes.

Bibliografia:

AGÊNCIA EFE. Preconceito com mexicanos e mulçumanos aviva xenofobia nos EUA, aponta ONU. IN: G1 Mundo. Publicado em 08/03/2017. Acesso em 28/02/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/preconceito-com-mexicanos-e-muculmanos-aviva-xenofobia-nos-eua-aponta-onu.ghml>>.

AMERICA'S ELECTION HQ. Fox News Exit Polls. IN: Fox News. Publicado em 2008. Acesso em 29/07/2018. Disponível em <<http://www.foxnews.com/politics/elections/2014/exit-polls?year=2008&type=president&filter=US>>.

_____. Fox News Exit Polls. IN: Fox News. Publicado em 2016. Acesso em 29/07/2018. Disponível em <<http://www.foxnews.com/politics/elections/2016/exit-polls>>.

ANDERSON, Benedict. Long-Distance Nationalism: World Capitalism and the rise of Identity Politics. California: University of California, 1992.

ARROYO, Mónica. A espacialidade do futuro...Além das fronteiras nacionais? Ensaios FEE, Porto Alegre, p. 491-509, 1995.

AZEVEDO, Cecília. Imigração e identidade nacional nos EUA: notas sobre um debate. *Dimensões*, n. 19(2007), Vitória (ES), NPIH/Ufes, 73-94.

BBC NEWS BRASIL. Entenda a polêmica sobre a política que separava famílias de imigrantes ilegais nos EUA. IN: BBC News – Brasil. Publicado em 23/06/2018. Acesso em 15/08/2018 Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44584132>>.

_____. O que é o Daca, e como sua suspensão por Trump afeta 750 mil jovens imigrantes nos EUA. IN: BBC News- Brasil. Publicado em 06/09/2017. Acesso em 21/08/2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41174409>>.

BIALIK, Kristen. Border apprehensions of migrant families have risen substantially so far in 2018. IN: Fact Tank - Pew Research. Publicado em 06/07/2018. Acesso em 13/08/2018. Disponível em <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/07/06/border-apprehensions-of-migrant-families-have-risen-substantially-so-far-in-2018/>>.

BRANTON, R., CASSESE, E. C., JONES, B. S., WESTERLAND, C. All along the watchtower: Acculturation fear, anti-latino affect, and immigration. *Journal of Politics*, v. 73, n. 3, 2011, p. 664-679.

BUTLER, Judith. Reflections on Trump. IN: Hot Spots, Cultural Anthropology. Publicado em 18/01/2018. Acesso em 09/08/2018. Disponível em <<https://culanth.org/fieldsights/1032-reflections-on-trump>>.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATORIOS. Boletín Mensual de Estadísticas Migratorias. 1 ed. Mexico: Secretaria de Gobernación (SEGOB)/ Instituto Nacional de Migración. 2009, p. 113.

CHISHTI, Muzaffar; BOLTER, Jessica; PIERCE, Sarah. Despite hard-line immigration campaign pledges, Trump policy remains in flux. IN: Migration Policy Institute. Publicado em 01/12/2016. Acesso em 10/08/2018. Disponível em <<https://www.migrationpolicy.org/article/despite-hard-line-immigration-campaign-pledges-trump-policy-remains-flux>>.

_____. Will White House Immigration Wish List Tank Emerging DREAMer Momentum in Congress? IN: Migration Policy Institute. Publicado em 19/10/2017. Acesso em 16/08/2018. Disponível em <<https://www.migrationpolicy.org/article/will-white-house-immigration-wish-list-tank-emerging-dreamer-momentum-congress>>

CHISHTI, Muzaffar; BOLTER, Jessica. The Trump Administration at Six Months: A Sea Change in Immigration Enforcement. IN: Migration policy Institute. Publicado em 19/07/2017. Acesso em 14/08/2018. Disponível em <<https://www.migrationpolicy.org/article/trump-administration-six-months-sea-change-immigration-enforcement>>.

CHISHTI, Muzaffar; HIPSMAN, Faye. In Historic Shift, New Migration Flows from Mexico Fall Below Those from China and India. IN: Migration Institute Policy. Publicado 21/05/2015. Acesso em 07/05/2018. Disponível em <<https://www.migrationpolicy.org/article/historic-shift-new-migration-flows-mexico-fall-below-those-china-and-india>>.

CHISHTI, Muzaffar; PIERCE, Sarah; BOLTER, Jessica. Even as Congress remains on sidelines, the Trump Administration slows legal immigration. IN: Migration Policy Institute. Publicado em 22/03/2018. Acesso em 25/07/2018. Disponível em <<https://www.migrationpolicy.org/article/even-congress-remains-sidelines-trump-administration-slows-legal-immigration>>.

_____. The Obama Record on Deportations: Deporter in Chief for Not? IN: Migration Policy Institute. Publicado em 26/01/2017. Acesso em 16/07/2018. Disponível em <<https://www.migrationpolicy.org/article/obama-record-deportations-deporter-chief-or-not>>.

CONNOR, Walker. Ethnonationalism: The Quest For Understanding. Princeton: Princeton University Press, 1994.

COURLET, Claude. Globalização e fronteira. Ensaios FEE, Porto Alegre, p.11-22, 1996.

CUNHA, Thaís; QUEIROZ, Danilo. Oito pontos que marcam bem a diferença entre Trump e Obama. IN: Correio Braziliense. Publicado em 11/01/2017. Acesso em 08/08/2018. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/01/11/interna_mundo,564381/as-8-principais-diferencas-entre-trump-e-obama.shtml>.

DIMOCK, Michael. How America changed during Barack Obama's presidency. IN: Pew Research. Publicado em 10/01/2017. Acesso em 19/08/2018. Disponível em: <<http://www.pewresearch.org/2017/01/10/how-america-changed-during-barack-obamas-presidency/>>.

EMBER, Melvin; EMBER, Carol R.; SKOGGARD, Ian. Encyclopedia of diasporas: immigrant and refugee cultures around the world. New York: Springer, 2005. 1167 p.

ENLI, Gunn. Twitter as arena for the authentic outsider: exploring the social media campaigns of Trump and Clinton in the 2016 US presidential election. IN: European Journal of Communication - SAGE Publications. Publicado em 13/02/2017. Acesso em 21/06/2018. Disponível em <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323116682802>>.

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS. Ley general de población. Estados Unidos Mexicanos, jan. 1974. Disponível em: <https://sre.gob.mx/component/phocadownload/category/2-marco-normativo?download=295:ley-general-de-poblacion-dof-07-01-74>

EXAME HOJE. Nafta: México e Canadá de um lado vs. Trump e o Twitter de outro. IN: Exame - Abril. Publicado em 24/04/2018. Acesso em 28/04/2018. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/economia/nafta-mexico-e-canada-de-um-lado-vs-trump-e-o-twitter-de-outro/>>.

FEDERAL ELECTION COMMISSION. Federal elections 2008 – election results for the U.S. President, the U.S. Senate and the U.S. House of Representatives. Federal Election Commission, Washington, D.C. Julho, 2009. Acesso em 09/08/2018. Disponível em <<https://transition.fec.gov/pubrec/fe2008/federalelections2008.pdf>>.

_____. Federal elections 2016 – election results for the U.S. President, the U.S. Senate and the U.S. House of Representatives. Federal Election Commission, Washington, D.C. Dezembro, 2017. Acesso em 09/08/2018. Disponível em <<https://transition.fec.gov/pubrec/fe2016/federalelections2016.pdf>>.

FERES JÚNIOR, J. The semantics of asymmetric counterconcepts: the case of 'Latin America' in the US. Anales. Instituto Ibero-Americano. Universidad de Gotemburgo, Göteborg, n.7/8, p. 83-106, 2005.

FITZDUFF, Mari. Why irrational politics appeals: understanding the allure of trump. 1 ed. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, LLC, 2017. 238 p.

FOX NEWS. Fox News Exit Polls: 2008 national poll. IN: Fox News. Publicado em 2008. Acesso em 19/08/2018. Disponível em <<http://www.foxnews.com/politics/elections/2014/exit-polls?year=2008&type=president&filter=US>>.

_____. Fox News Exit Polls: 2016 national poll. IN: Fox News. Publicado em 2016. Acesso em 19/08/2018. Disponível em <<http://www.foxnews.com/politics/elections/2016/exit-polls>>.

GINSBURG, Faye. Contested Lives and the Specter of Trump. IN: Hot Spots, *Cultural Anthropology*. Publicado em 18/01/2017. Acesso em 19/07/2018. Disponível em <<https://culanth.org/fieldsights/1035-contested-lives-and-the-specter-of-trump>>.

GREEN, Emma. It was cultural anxiety that drove white, working-class voters to Trump. IN: The Atlantic. Publicado em 09/05/2017. Acesso em 17/08/2018. Disponível em <<https://www.theatlantic.com/politics/archive/2017/05/white-working-class-trump-cultural-anxiety/525771/>>.

GREENFELD, Liah. Nationalism: Five Roads to Modernity: In Pursuit of the Ideal Nation: The Unfolding of Nationality in America. Harvard: Harvard University Press, 1992. Pp. 398-484.

_____. Nationalism: Five Roads to Modernity: Introduction. Harvard: Harvard University Press, 1992. Pp.3-25

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc, espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

HELD, David. A democracia, o estado-nação e o sistema global. Lua Nova, São Paulo, n. 23, p. 145-194, março 1991.

HELD, David; MCGREW, Anthony. The global transformations reader: an introduction to the globalization debate. 2 ed. Cambridge: Polity, 2001. 583 p.

HOMELAND SECURITY. Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA). IN: Departamento de Homeland Security - DHS. Publicado em 23/06/2018. Acesso em 21/08/2018. Disponível em <<https://www.dhs.gov/deferred-action-childhood-arrivals-daca>>.

HUNTINGTON, Samuel. O Choque das Civilizações e a Recomposição da Nova Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

JOHNSON, J. C. Policies for the Apprehension, Detention and Removal of undocumented Immigrants. IN: U.S. Department of Homeland Security - DHS. Novembro, 2014. Disponível em <https://www.dhs.gov/sites/default/files/publications/14_1120_memo_prosecutorial_discretion.pdf>.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

KIEL, Doug. Whiteness and the Lengthening Arc toward Justice. IN: Hot Spots, *Cultural Anthropology*. Publicado em 18/01/2017. Acesso em 20/08/2018. Disponível em <<https://culanth.org/fieldsights/1038-whiteness-and-the-lengthening-arc-toward-justice>>.

KOSER, Khalid. International migration: A very short introduction. 1 ed. New York: Oxford Press, 2007. 153 p.

MARTÍNEZ, Oscar J. Mexico's uneven development: the geographical and historical context of inequality. New York: Ed. Routledge, 2016.

MURGUÍA, Janet. Seguir con DACA mantendría vivo el sueño americano. IN: Univision notícias. Publicado em 16/12/2016. Acesso em 18/07/2018. Disponível em <<https://www.univision.com/noticias/opinion/seguir-con-daca-mantendria-vivo-el-sueno-americano>>.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Qual a diferença entre “refugiados e “migrantes”? IN: Nações Unidas no Brasil. Publicado em 03/05/2016. Acesso em 05/04/2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>>.

NAPOLITANO, Janet. Exercising Prosecutorial discretion with Respect to Individuals Who Came to the United States as Children. IN: U.S. Department of Homeland Security. Junho, 2012. Disponível em <<https://www.dhs.gov/xlibrary/assets/s1-exercising-prosecutorial-discretion-individuals-who-came-to-us-as-children.pdf>>.

NASCIMENTO, Paulo César. Dilemas do Nacionalismo. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. N. 41. São Paulo: ANPOCS, 1996. Pp. 33-53.

NATIONAL SECURITY STRATEGY ARCHIVE. National Security Strategy Reports Overview. IN: NSS Archive. Publicado em [200-?]. Acesso em 10/05/2018. Disponível em <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-reports-overview/>>.

NOGUERA, Pedro. DACA and The American Dream. IN: Huffington Post. Publicado em 09/09/2017. Acesso em 25/07/2018. Disponível em <https://www.huffingtonpost.com/entry/daca-and-the-american-dream_us_59b4108fe4b0bef3378ce092>.

NORTH AMERICAN FREE TRADE AGREEMENT. Frequently Asked Questions. IN: Nafta now. Publicado em [200-?]. Acesso em 28/04/2018. Disponível em <http://www.naftanow.org/faq_en.asp#faq-1>.

PAYAN, Tony. The three U.S.- Mexico border wars: drugs, immigration, and Homeland Security. Connecticut: Praeger Security International, 2006.

WIKE, Richard. 7 charts on how the world views President Obama. IN: Pew Research Center. Publicado em 24/06/2015. Acesso em 19/08/2018. Disponível em <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/06/24/7-charts-on-how-the-world-views-president-obama/>>.

PEW RESEARCH CENTER. Global publics back U.S. on Fighting ISIS, but are critical of post-9/11 torture. IN: Pew Research. Publicado em 23/06/2015. Acesso em 19/08/2018. Disponível em <<http://www.pewglobal.org/2015/06/23/1-america-global-image/>>.

_____. In First Month, Views of Trump Are Already Strongly Felt, Deeply Polarized. IN: Pew Research. Publicado em 16/02/2017. Acesso em 21/08/2018. Disponível em <<http://www.people-press.org/2017/02/16/in-first-month-views-of-trump-are-already-strongly-felt-deeply-polarized/>>.

_____. In Their Own Words: Why Voters Support – and Have Concerns About – Clinton and Trump. IN: Pew Research. Publicado em 21/09/2016. Acesso em 21/08/2018. Disponível em <<http://www.people-press.org/2016/09/21/in-their-own-words-why-voters-support-and-have-concerns-about-clinton-and-trump/>>.

_____. Obama job rating ticks higher. Views of nation's economy turn more positive. IN: Pew Research. Publicado em 14/01/2015. Acesso em 19/08/2018. Disponível em <<http://assets.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/5/2015/01/1-14-15-Political-release.pdf>>.

_____. Obama tops public's list of best president in their lifetime, followed by Clinton, Reagan. IN: Pew Research. Publicado em 11/07/2018. Acesso em 19/08/2018. Disponível em

<http://www.people-press.org/2018/07/11/obama-tops-publics-list-of-best-president-in-their-lifetime-followed-by-clinton-reagan/>.

_____. On Immigration Policy, Partisan Differences but Also Some Common Ground. IN: Pew Research. Publicado em 25/08/2016. Acesso em 21/08/2018. Disponível em <http://www.people-press.org/2016/08/25/on-immigration-policy-partisan-differences-but-also-some-common-ground/>.

POUSHTER, Jacob. Key takeaways on international image of the U.S., Obama and presidential candidates. IN: Pew Research. Publicado em 29/06/2016. Acesso em 19/08/2018. Disponível em <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2016/06/29/key-takeaways-us-image/>.

SAVAGE, Ritchie. Politics as Volkation. IN: Hot Spots, *Cultural Anthropology*. Publicado em 18/01/2017. Acesso em 25/08/2018. Disponível em <https://culanth.org/fieldsights/1043-politics-as-volkation>.

SMITH, Jessica. Blind Spots of Liberal Righteousness. IN: Hot Spots, *Cultural Anthropology*. Publicado em 18/01/2017. Acesso em 19/08/2017. Disponível em <https://culanth.org/fieldsights/1044-blind-spots-of-liberal-righteousness>.

TESLER, Michael; SIDES, John. How political Science helps explain the rise of Trump: the role of White identity and grievances. IN: Washington Post. Publicado em 03/03/2016. Acesso em 10/08/2018. Disponível em https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/03/03/how-political-science-helps-explain-the-rise-of-trump-the-role-of-white-identity-and-grievances/?noredirect=on&utm_term=.2a7e4c42473e.

U.S. CUSTOMS AND BORDER PROTECTION. U.S. Border Patrol Nationwide Apprehensions by Citizenship and Sector FY 2007 – FY 2017. IN: U.S. Department of Homeland Security. Publicado em 2017. Acesso em 15/08/2018. Disponível em <https://www.cbp.gov/sites/default/files/assets/documents/2018-Jul/usbp-nationwide-apps-sector-citizenship-fy07-fy17.pdf>.

_____. United States Border Patrol: Total Illegal Alien Apprehensions By Month FY 2000 – FY 2017. IN: U.S. Department of Homeland Security. Publicado em 2017. Acesso em 15/08/2018. Disponível em <https://www.cbp.gov/sites/default/files/assets/documents/2017-Dec/BP%20Total%20Monthly%20Apps%20by%20Sector%20and%20Area%2C%20FY2000-FY2017.pdf>.

_____. United States Border Patrol: Southwest Border Sectors – Total Illegal Alien Apprehensions By Fiscal Year (1960-2017). IN: U.S. Department of Homeland Security. Publicado em 2017. Acesso em 15/08/2018. Disponível em <https://www.cbp.gov/sites/default/files/assets/documents/2017-Dec/BP%20Southwest%20Border%20Sector%20Apps%20FY1960%20-%20FY2017.pdf>.

[U.S. IMMIGRATION AND CUSTOMS ENFORCEMENT. Fiscal Year 2017 ICE Enforcement and Removal Operations Report. U.S. IN: Immigration and Customs Enforcement \(ICE\). Publicado em 2017. Acesso em 18/08/2018. Disponível em https://www.ice.gov/sites/default/files/documents/Report/2017/iceEndOfYearFY2017.pdf](https://www.ice.gov/sites/default/files/documents/Report/2017/iceEndOfYearFY2017.pdf).

UCHITELLE, Louis. Nafta should have stopped Illegal Immigration, right? IN: The New York Times. Publicado em 18/02/2007. Acesso em 28/04/2018. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2007/02/18/weekinreview/18uchitelle.html?pagewanted=print>>.

UNIDAD DE POLÍTICA MIGRATORIA. Boletín Mensual de Estadísticas Migratorias. 1 ed. Mexico: Secretaria de Gobernación (SEGOB)/Subsecretaría de Población, Migración y Asuntos Religiosos. 2018, p. 178.

UNITED STATES. The National Security Strategy of the United States of America. Washington: President of the U.S, 2010.

_____. The National Security Strategy of the United States of America. Washington: President of the U.S, 2015.

_____. The National Security Strategy of the United States of America. Washington: President of the U.S, 2017.

WALLEY, Christine J. Why Did the Rust Belt Flip? IN: Hot Spots, Cultural Anthropology. Publicado em 18/01/2017. Acesso em 18/07/2018. Disponível em <<https://culanth.org/fieldsights/1047-why-did-the-rust-belt-flip>>.

XENOFobia. IN: DICIONÁRIO Michaelis. Editora Melhoramentos, 2018. Acesso em 21/01/2018. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=8a00d>>.